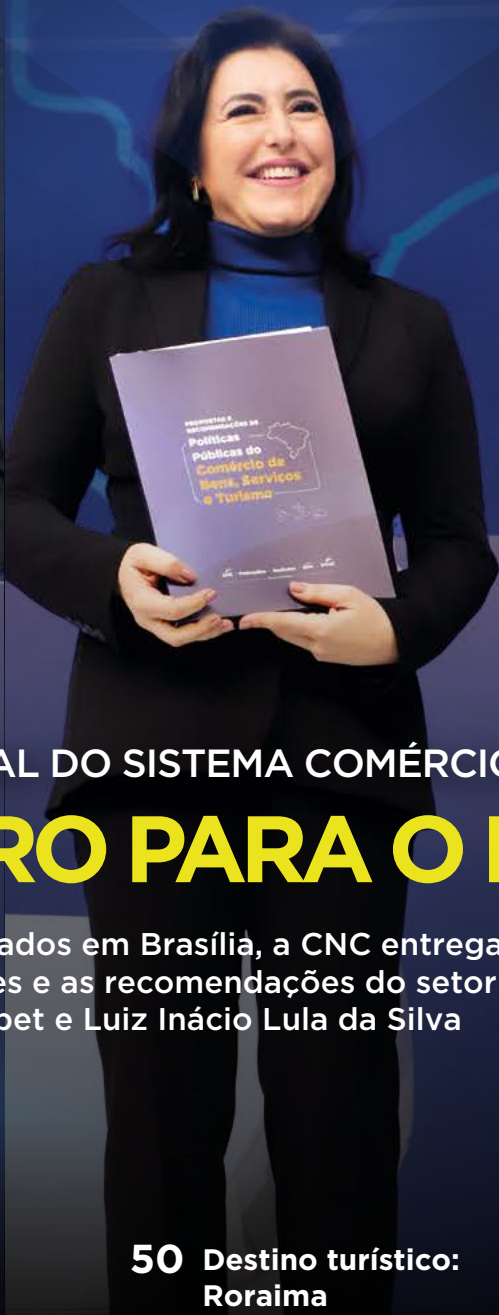


CNC

notícias



AGENDA INSTITUCIONAL DO SISTEMA COMÉRCIO

UM ROTEIRO PARA O BRASIL

Em eventos históricos realizados em Brasília, a CNC entrega o documento com as sugestões e as recomendações do setor terciário a Jair Bolsonaro, Simone Tebet e Luiz Inácio Lula da Silva

36 O adeus a
Ernane Galvêas

50 Destino turístico:
Roraima

Senhoras e senhores,
preparam-se
para a decolagem
com destino ao

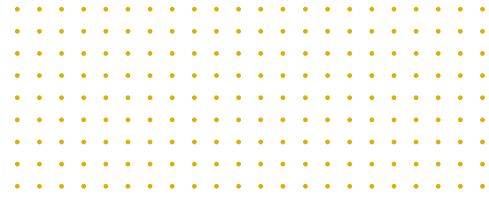
FUTURO DO TURISMO

Mais de 136 instituições estão trabalhando juntas para propor políticas públicas aos candidatos às eleições de 2022 e, assim, construir um cenário mais competitivo e sustentável para a cadeia produtiva do turismo.



Você ainda pode participar!
Quer saber como?
Acesse vaiturismo.com.br

Páginas de história



Os meses de junho e julho de 2022 ficarão marcados na história da CNC.

A apresentação da Agenda Institucional do Sistema Comércio e a entrega das Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo aos candidatos à Presidência da República, em Brasília, mostraram um Sistema Comércio unido no propósito de ajudar o País a avançar.

Diretores da Confederação, presidentes das federações e dos sindicatos empresariais do comércio de todo o Brasil prestigiaram os eventos com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com a senadora Simone Tebet e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Este é o resultado do compromisso assumido pela atual gestão de dar protagonismo à CNC nas questões relevantes para os empresários do setor terciário, para a economia do País e para os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo.

A matéria de capa desta edição mostra os eventos em Brasília e uma síntese do documento entregue aos candidatos.

Esta edição traz também outro registro histórico: o do falecimento do ministro Ernane Galvêas, referência não apenas na economia, mas uma reserva intelectual e humanística do Brasil.

Galvêas ajudou a construir um Sistema Comércio mais forte durante os mais de 30 anos em que colaborou com a Confederação.

Sua inspiração e memória seguirão iluminando o futuro de todos nós.

Boa leitura!





CNC NOTÍCIAS

Ano XXII, nº 250, Julho e Agosto, 2022

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Lázaro Luiz Gonzaga. Abram Abe Szajman, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, Eliezer Viterbino da Silva, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, José Marconi Medeiros de Souza e Raniery Araújo Coelho

Vice-presidente Administrativo: Marcelo Fernandes de Queiroz (em exercício)

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Carlos de Souza Andrade, Hermes Martins da Cunha, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, Jeferson Furlan Nazario, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Cavalcante Filizola, Nilo Ítalo Zampieri Júnior, Rubens Torres Medrano e Sebastião de Oliveira Campos

Diretor Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretores Financeiros: 1º – Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, 2º – Ademir dos Santos

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Sousa, Lélvio Vieira Carneiro e Valdemir Alves do Nascimento

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Elienai Tavares Câmara (interino)

SECRETARIA-GERAL
Simone de Souza Guimarães

GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO – CNC

Gerente Executivo: Elienai Tavares Câmara

REDAÇÃO

Editor Executivo: Geraldo Roque (MTb 19.375)

Reportagem: Carlos Eduardo Matos, Felipe Maranhão, Felipe Stefanon, Fernanda Ramos, Geraldo Roque, Karina Praça e Luciana Neto

Projeto Gráfico: Gecom/CNC e Calia

Diagramação e Ilustração: Carolina Braga

Revisão: Alessandra Volkert

Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

CNC - RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 307 CEP: 20021-130
PABX: (21) 3804-9200

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14 CEP: 70041-902
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

Contatos Gerência Executiva de Comunicação CNC

Telefone: (21) 3804-9374 E-mail: gecom@cnc.org.br
portaldocomercio.org.br




14

Em um momento histórico para o Sistema Comércio, a CNC apresentou a três dos candidatos à Presidência da República um conjunto de recomendações para o fortalecimento da atividade econômica e o crescimento do País, tendo como fontes o olhar e a experiência dos empresários do setor terciário. O documento foi entregue por José Roberto Tadros ao presidente da República Jair Bolsonaro (PL), à senadora Simone Tebet (MDB) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

 [instagram/sistematicnc](https://www.instagram.com/sistematicnc)

 [facebook/sistematicnc](https://www.facebook.com/sistematicnc)

 [linkedin/company/sistematicnc](https://www.linkedin.com/company/sistematicnc)

 [twitter/sistematicnc](https://twitter.com/sistematicnc)

 [youtube.com/tvcnconline](https://www.youtube.com/tvcnconline)



Com o falecimento de Ernane Galvêas, ocorrido no dia 23 de junho, no Rio de Janeiro, o Brasil perde uma referência; e a CNC, o convívio de um de seus mais brilhantes e queridos colaboradores.

28



O varejo de materiais de construção enfrenta a ameaça da concorrência desleal. Fornecedores estão vendendo diretamente para o consumidor por meio eletrônico e sites de capital estrangeiro vêm comercializando com sonegação fiscal. O tema foi tratado na reunião da CBMC.



50



O Sistema Fecomércio em Roraima investe no turismo como um vetor para o desenvolvimento socioeconômico do estado que fica mais ao extremo norte do País.

- 4 VITRINE
- 6 PELA WEB
- 8 INTERESSE DO COMÉRCIO
- 10 REUNIÃO DE DIRETORIA
- 12 COMÉRCIO EM AÇÃO
- 14 CAPA
- 22 INSTITUCIONAL
- 38 ANÁLISE
- 40 ECONOMIA
- 45 NOTAS & FATOS
- 46 TURISMO E HOSPITALIDADE
- 58 ECOS
- 60 BRASIL
- 68 AGENDA COMÉRCIO



Robô doméstico

Com a apresentação de Hera, robô cuidador doméstico, uma equipe formada por cinco alunos e um professor universitário do Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI), de São Bernardo do Campo (SP), ficou em primeiro lugar no campeonato mundial de robótica, realizado na Tailândia. O robô, dotado de inteligência artificial e programado para realizar as tarefas sem auxílio humano, realiza atividades domésticas, como organizar prateleiras, registrar preferências e até chamar por auxílio em caso de emergências.

Cookies à base de plantas



As lojas da rede Mr. Cheney, especializada em cookies tipicamente americanos, irão vender cookies à base de plantas feitos em parceria com a *foodtech* NotCo, conhecida pela sua maionese *plant-based*.

O NotCookie, desenvolvido por ambas as marcas, é feito de massa de baunilha com gotas de chocolate vegano e com o NotMilk Original, bebida que é resultado de uma combinação de abacaxi, repolho e ervilha, semelhante ao leite de vaca.

Carregamento sustentável

A Volkswagen começou a testar uma nova unidade de armazenamento de energia feita com baterias usadas. O Power Storage Container (PSC) é equipado com 96 módulos de células reutilizadas, oferecendo 570 quilowatts-hora (kWh) de energia.

Segundo a empresa, o objetivo da iniciativa é encontrar uma solução viável e sustentável para continuar utilizando baterias antigas que já perderam uma parcela de carga, antes de enviá-las para reciclagem.



Me Poupe!



Me Poupe

Organizar a vida financeira a partir de três pilares principais: o diagnóstico do momento atual, a definição dos objetivos do futuro e a estratégia para atingi-los. A metodologia de investimentos criada por Nathalia Arcuri, CEO e fundadora da Me Poupe!, agora estará disponível na palma da mão dos “me poupeiros”. O aplicativo vai ajudar as pessoas na hora de tomar as melhores decisões financeiras, orientando como negociar a conta de telefone, reduzir a parcela do financiamento ou fazer as contas de quanto dinheiro uma pessoa deixa de ganhar, ou perder, por investir errado.

Delivery nas cidades do interior

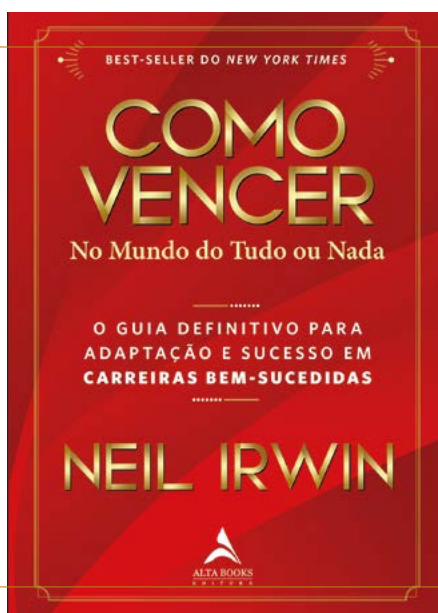
O Alfred Delivery, plataforma de entregas voltada para pequenas e médias cidades, utiliza o modelo de licença e está presente em mais de 200 cidades de todo o País.

A start-up ajuda o empreendedor em todos os aspectos do negócio e realiza entregas, tanto da loja até o cliente final quanto do fabricante até o centro de distribuição, ficando apenas com uma porcentagem do que o licenciado ganhar.



Divulgação

Divulgação



Um guia para adaptação dos profissionais em busca do sucesso nas suas carreiras

A maior parte dos profissionais está em busca da realização de um trabalho lucrativo e satisfatório, mas nem todos alcançam o sucesso. Em *Como vencer no mundo do tudo ou nada*, da editora Alta Books, Neil Irwin, correspondente sênior de economia do *New York Times*, fornece um guia para o sucesso na economia atual, mostrando como uma carreira sinuosa prepara melhor as pessoas para o mundo atual, com várias orientações de como se tornar uma “pessoa agregadora”, capaz de garantir que indivíduos com habilidades técnicas distintas trabalhem juntos de maneira eficaz.



Propostas para o turismo

A Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) divulgaram, em suas redes sociais, o documento com as propostas e recomendações de políticas públicas de turismo nacional, feitas pela CNC, por meio do projeto Vai Turismo.

As propostas do movimento, que conta com a participação de 29 associações empresariais nacionais do turismo e com as Federações do Comércio (Fecomércios) de todos os estados e do Distrito Federal, estão sendo entregues aos postulantes à Presidência da República.

77%

das famílias brasileiras estão endividadas, o que representa o maior índice desde 2010. Esse foi o dado destacado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), referente à Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela CNC no mês de maio.

← Tweet



Senador Paulo Paim
@paulopaim

Mais de 77% das famílias brasileiras estão endividadas, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio. É o maior índice desde 2010. As mais pobres são as mais atingidas. Entre as causas estão: alta inflação, taxa de juros, orçamento pressionado. A crise é enorme.

10:09 AM · 8 de jul de 2022 · Twitter for Android

59 Retweets 2 Tweets com comentário 263 Curtidas



Trabalhos formais

A CNN fez a repercussão de um levantamento realizado pela CNC, apontando que 22% das vagas de trabalhos formais geradas durante a pandemia da Covid-19 foram ocupadas por pessoas que conquistaram o primeiro emprego com carteira assinada.



PEC dos Auxílios

O especialista de mercado do InfoMoney Henrique Esteter destacou, em seu Twitter, a análise realizada pela CNC, segundo a qual a chamada PEC dos Auxílios pode injetar R\$ 16 bilhões no varejo.



Turismo no interior

O deputado federal Luiz Lima (PL-RJ) citou a pesquisa da CNC que identifica que a expectativa do setor de turismo no interior do Rio de Janeiro tende a se restabelecer no nível de geração de receitas do período pré-pandemia.

Agenda Institucional

O ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou, em suas redes sociais, o encontro com o presidente da entidade, José Roberto Tadros, e o recebimento do documento com as demandas do setor do comércio de bens, serviço e turismo.



Podcast do R7

Celso Freitas e a repórter Catarina Hong, do portal R7, produziram um podcast com o economista da CNC Fabio Bentes para explicar como as férias escolares podem ajudar na retomada do crescimento do setor de turismo e como a inflação pode atrapalhar o crescimento do setor. Ouça aqui.



25 ANOS DO SESC PANTANAL

O presidente José Roberto Tadros celebra, neste artigo, o sucesso do maior projeto privado de conservação do Brasil, o polo socioambiental projetado, construído e mantido pelo Sistema Comércio em um dos mais importantes e ameaçados biomas do Brasil.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é a entidade sindical de grau máximo do setor terciário brasileiro, representando e defendendo quase cinco milhões de empresas. De forma ampla, o setor terciário abrange mais de 73% das riquezas produzidas no País.



José Roberto Tadros

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Além do trabalho de representação sindical empresarial realizado com afinco pela CNC há quase 77 anos, buscando sempre garantir que o comércio de bens, serviços e turismo tenha voz e vez na formulação de leis e políticas públicas, administramos também a atuação do Sesc e do Senac.

As duas instituições integram um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo, que transforma a vida de milhares de brasileiros diariamente em cada canto do País. Estamos presentes em mais de dois mil municípios, levando educação, saúde, lazer, cultura e assistência às populações.

Em nossa missão, a prática de ações sustentáveis está presente em todos os campos, considerando a necessidade de pensarmos juntos num equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica.



Somos pioneiros nessas iniciativas, pois, há 25 anos, já observávamos a importância de se prestar mais atenção às questões ambientais, e criamos uma das primeiras Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) do Brasil: a RPPN Sesc Pantanal, localizada em Mato Grosso.

Ao longo dos anos, um trabalho foi construído de forma muito respeitosa, ouvindo as pessoas e as demandas locais, entrelaçando os saberes de quem nasceu e vive na região com o conhecimento de técnicos e pesquisadores, criando pontes em benefício da natureza e do ser humano.

Para se ter uma ideia, até 1992, o Brasil tinha 31 RPPNs, que equivaliam a uma área de 386,94 quilômetros quadrados. Hoje, de acordo com a Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN), são 1.755 reservas, totalizando 814.528,61 hectares. E muitas dessas são iniciativas empresariais.

A partir dos resultados desse trabalho no Pantanal, o Sesc não parou de ampliar suas reservas naturais e hoje mantém 109 mil hectares de áreas protegidas no Sesc Tepequém (RR), no Sesc Bertiooga (SP), no Sesc Iparana (CE) e, mais recentemente, na RPPN Sesc Serra Azul, também em Mato Grosso, na região do Cerrado. Do total de áreas das RPPNs do Brasil, 13% dos hectares são do Sesc.

Somos responsáveis por preparar as futuras gerações com educação ambiental, produzindo e compartilhando conhecimento. Vamos seguir trabalhando, cada vez mais, para cuidarmos juntos do meio ambiente, pensando sempre em soluções sustentáveis, que tragam benefícios para a vida de brasileiros e brasileiras.



Um trabalho
construído de
forma muito
respeitosa,
ouvindo as
pessoas e as
demandas
locais, criando
pontes em
benefício da
natureza e do
ser humano”



Câmara de mulheres e 5G: Sistema de olho no futuro

A criação da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio e os impactos positivos da internet 5G sobre os setores do comércio de bens, serviços e turismo marcaram as reuniões da Diretoria de junho e julho. Dois temas importantes, os quais mostram a CNC de olho no futuro, com a atenção ao empreendedorismo feminino

O empreendedorismo feminino e os impactos positivos da internet 5G sobre os negócios foram os temas de destaque das reuniões da Diretoria da CNC, realizadas em junho e julho, sob a condução do presidente José Roberto Tadros.

A criação da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC) representa a força da mulher na atividade empresarial do comércio de bens, serviços e turismo. O colegiado irá somar esforços em apoio à atividade empresarial, sob a liderança da atual coordenadora da Câmara da Mulher Empresária da Fecomércio-BA e vice-presidente da Associação Comercial da Bahia, Rosemma Maluf. A CBMEC está sob o guarda-chuva da coordenação das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, na pessoa de Luiz Carlos Bohn.

Os presidentes das federações encaminharam suas indicações para compor a nova câmara da CNC, que já tem data para a reunião de instalação: 24 de agosto. "A criação da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras é um reconhecimento do Sistema Comércio a todas elas, que ajudam a impulsionar a economia do nosso país e contribuem sobremaneira para o comércio", destacou José Tadros.

Internet ultrarrápida

A chegada da internet 5G no Brasil e seus impactos sobre o comércio e os serviços foi outro tema de destaque, abordado pelo chefe da Divisão de Economia e Inovação (Dein) da CNC, Guilherme Mercês. Ele chamou a atenção para os horizontes que se abrirão aos empresários com o advento do “figital”, isto é, a união do físico com o digital.

Devido à ultravelocidade e à capacidade de conectar diversos dispositivos, a internet das coisas, a inteligência artificial e o big data serão, em breve, uma realidade na vida dos empreendedores. “Será um grande movimento, o qual irá criar, em média, 70 mil empregos na área de tecnologia”, afirmou Mercês, na reunião de julho.

Diante dessa expectativa, o chefe da Dein reforçou o papel dos braços sociais do Sistema Comércio, sobretudo do Senac, na formação e qualificação de profissionais de programação e desenvolvimento de sistemas, softwares e aplicativos.

Ele destacou o envolvimento da CNC, bem como das federações e dos sindicatos integrantes do Sistema Comércio, na busca de parcerias com o poder público para a expansão do 5G nas cidades. E também na criação de linhas de crédito para as empresas investirem em tecnologia, sobretudo os pequenos e médios negócios, e no acompanhamento, via Divisão de Relações Institucionais (DRI), das pautas legislativas voltadas ao novo ambiente tecnológico que irá emergir.

Guilherme Mercês também abordou os impactos da inflação sobre o comércio de bens, serviços e turismo. As expectativas de queda são menores, disse ele, devido ao prolongamento dos conflitos no Leste Europeu. Apesar das recentes medidas do governo, com a redução de impostos e a queda dos preços dos combustíveis, a inflação ainda é sentida com força nos preços dos alimentos, o que diminui o poder de compra das famílias.

“A queda da inflação não está ocorrendo dentro do ritmo esperado. Além dos fatores externos, há também os fatores internos, entre os quais destacamos os reajustes salariais acima da inflação, determinados por meio de negociações coletivas. Há também as incertezas provocadas pelas eleições”, afirmou Mercês.

Vai Turismo

O diretor da CNC, coordenador do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da entidade, Alexandre Sampaio, anunciou à Diretoria a entrega dos relatórios regionais do projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro. Neles estão os resultados dos debates e contribuições para o crescimento do turismo nos estados e municípios.

O objetivo é incluir as propostas e recomendações do Vai Turismo nas propostas dos pré-candidatos aos governos estaduais. “Estes relatórios são resultado de muito esforço, de um debate conjunto envolvendo as federações, os sindicatos, as entidades do setor e o trade turístico no último ano”, afirmou.

Guilherme Mercês (embaixo, à esquerda) na reunião de julho; na foto abaixo, o presidente Tadros conduz a reunião de junho



INAUGURAÇÕES NO PARÁ

Em Belém, o presidente José Roberto Tadros participou, no início de julho, das inaugurações da Sala Cine Sesc Carlos Marx Tonini no Sesc Ver-o-Peso, da Unidade Administrativa Sesc Doca Manoel Jorge Vieira Colares e do Centro de Atividades Sesc Ananindeua José Roberto Tadros. O convite veio do presidente do Conselho Regional do Sesc-PA, Sebastião Campos, que homenageou Tadros na ocasião.



Fecomércio-PA



CNC

VISITA DO EMBAIXADOR DA ESPANHA EM BRASÍLIA

O embaixador da Espanha no Brasil, Fernando Garcia Casas, foi recebido pelo presidente Tadros em Brasília para um almoço.

Garcia Casas, que está se despedindo da embaixada espanhola no Brasil, reafirmou a importância da parceria entre a embaixada e a CNC pelo comércio.



CNC

REFORMA TRIBUTÁRIA EM DEBATE

No dia 13 de julho, Tadros recebeu o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança para falar sobre a PEC nº 7, que altera o sistema tributário brasileiro.

Segundo o deputado, a proposta está vinculada à importância do comércio do Brasil para fomentação de novas oportunidades de renda e patrimônio.



Fecomércio-TO

NOVA SEDE NO TOCANTINS

A capital do estado, Palmas, conta agora com um moderno prédio para abrigar a sede da Fecomércio-TO. O presidente da CNC, José Roberto Tadros, esteve presente à inauguração, no fim de junho. Itelvino Pisoni, presidente da Federação, destacou que a estrutura contribuirá para o desenvolvimento regional. O complexo abrigará também a sede administrativa do Senac e um espaço para atividades do Sesc.

Diretorias de federações tomam posse

1) O presidente da CNC, José Roberto Tadros, participou da solenidade de posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal da Fecomércio-RR, que segue sob a presidência de Ademir dos Santos; 2) Foi realizada em Manaus a cerimônia de posse da nova Diretoria da Fecomércio-AM, eleita por meio da chapa União pelo Futuro do Comércio. A entidade segue presidida por José Roberto Tadros e pelos vices Aderson Santos da Frota e Paulo Rogério Tadros; 3) A Fecomércio-AP realizou a cerimônia de posse de sua nova Diretoria, presidida por Ladislao Monte; 4) O presidente José Roberto Tadros esteve em Salvador para participar da posse do novo presidente da Fecomércio-BA, Kelsor Gonçalves Fernandes, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de delegados da entidade; 5) Em Vitória, foi realizada a posse da nova Diretoria da Fecomércio-ES, presidida por Idalberto Moro, com a presença do presidente da CNC, José Roberto Tadros; 6) O presidente José Roberto Tadros também foi presença de honra na solenidade de posse do presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, que teve o mandato renovado pela maioria até 2026.



Fecomércio-RR



Fecomércio-BA



Fecomércio-AM



Fecomércio-ES



Fecomércio-AP



Fecomércio-DF





AGENDA INSTITUCIONAL DO
SISTEMA COMÉRCIO

PARA O BRASIL AVANÇAR

CNC entrega propostas e
recomendações aos candidatos
à Presidência da República



Democracia, segurança jurídica e livre mercado. Três princípios defendidos com firmeza pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que deverão nortear os caminhos do próximo mandatário da Nação pela retomada do crescimento econômico e social do País. “Não podemos aspirar a sermos um país desenvolvido se não existirem esses três componentes indispensáveis”, afirmou.

O comércio é o espelho no qual se reflete a eficácia das políticas sociais e econômicas. Tem voz ativa e ampla responsabilidade nos espaços decisórios do Brasil.

Diante da necessidade de contribuir com o aprimoramento das relações entre o Estado e a sociedade, a CNC apresentou a três dos candidatos à Presidência da República um conjunto de recomendações para o fortalecimento da atividade econômica e o crescimento do País, tendo como fontes o olhar e a experiência do empresário.

É um roteiro seguro para o estabelecimento de boas práticas e ações de governo, que recebeu o título de Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, um compilado das prioridades da classe empresarial indicadas na Agenda Institucional do Sistema Comércio, ferramenta colaborativa lançada oficialmente pela CNC.

O documento foi entregue por José Roberto Tadros ao presidente da República Jair Bolsonaro (PL), à senadora Simone Tebet (MDB) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que estão entre os principais candidatos apontados nas recentes pesquisas.



O Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília (DF), foi palco do lançamento oficial da Agenda Institucional do Sistema Comércio, a nova ferramenta da CNC desenvolvida para indicar as prioridades dos setores do comércio de bens, serviços e turismo e nortear a formulação de políticas, ações e estratégias para estimular o crescimento do País, a expansão da economia e o fortalecimento do setor terciário brasileiro.

Nesse evento histórico, que reuniu autoridades, empresários, presidentes das federações e dos sindicatos integrantes do Sistema Comércio, além de convidados especiais, foi realizado o encontro com os candidatos à Presidência da República Jair Bolsonaro (PL) e Simone Tebet (MDB).

Presidentes de federações e sindicatos com o presidente da República, Jair Bolsonaro

Eles receberam das mãos do presidente da CNC, José Roberto Tadros, o documento Propostas e Recomendações de Políticas Públicas

COMO PENSA O SISTEMA COMÉRCIO

Defendemos...

- O melhor ambiente de negócios e a segurança jurídica;
- O controle da inflação e o respeito ao teto de gastos;
- A racionalização dos gastos públicos e mais eficiência na máquina estatal;
- O combate às desigualdades sociais por meio da educação;
- A modernização do sistema tributário nacional e a simplificação da carga tributária;
- Alíquotas diferenciadas por setor produtivo;
- A criação do Código de Defesa do Contribuinte;
- Um novo Código Comercial;
- A flexibilização da legislação trabalhista;
- O fortalecimento das negociações coletivas;
- A mudança do Estado excessivamente regulador e sancionador para o papel de orientador;
- A utilização da arbitragem, da conciliação, da mediação e de demais métodos alternativos para a resolução de conflitos;
- A unicidade e a autorregulação sindical;
- A regulamentação do comércio eletrônico;
- A modernização da malha logística do País e a redução dos custos de transporte;
- O equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento da atividade econômica;
- A promoção da saúde integral dos indivíduos e da coletividade nos diferentes ciclos de vida;
- O compromisso das instituições do Sistema Comércio em favor de políticas públicas educacionais.



Apoiamos...

- A desburocratização do exercício da atividade econômica e da livre-iniciativa;
- A atualização da lei que trata da recuperação judicial e extrajudicial e da falência;
- A compensação de créditos tributários por empresas do Simples Nacional;
- A ampliação da abertura comercial do Brasil e a maior inserção nas cadeias globais;
- O fortalecimento dos acordos comerciais e das relações bilaterais com o Brasil;
- O reforço no combate ao contrabando e na segurança das fronteiras;
- A modernização do setor elétrico e a evolução das matrizes energéticas eólica e solar;
- A logística reversa por acordos setoriais;
- O respeito à singularidade das manifestações artístico-culturais do povo brasileiro.



do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Trata-se de uma síntese de reivindicações da classe empresarial, que poderá ser usada como instrumento para a elaboração de propostas de governo nas áreas da economia, do turismo, da educação e cultura, e do esporte e lazer.

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por questões de agenda, não participou do evento no Brasil 21, mas foi igualmente recebido pelo presidente José Roberto Tadros em um encontro com empresários realizado no Centro Empresarial CNC, em Brasília, no qual também recebeu do presidente da CNC o documento com as propostas e recomendações de políticas públicas.

Paz social

José Roberto Tadros reforçou que as propostas e recomendações de políticas públicas dos setores representados pelo Sistema Comércio se baseiam no desenvolvimento da economia, na redução das desigualdades e na construção da paz social, alicerces fortalecidos desde a Carta da Paz Social, há 76 anos.

Neste sentido, ele ratificou o trinômio “democracia, segurança jurídica e livre mercado” como princípio fundamental para o desenvolvimento social e econômico do País, o qual deverá auxiliar o presidente eleito do País e os empresários, comprometidos com o futuro da Nação. “Precisamos defender esses princípios com veemência, para que a nossa sociedade tenha melhorias de vida. Não podemos aceitar que existam bolsões de pobreza em um país que será, muito em breve,

o maior exportador mundial de alimentos”, ponderou José Roberto Tadros.

O presidente da CNC salientou a importante contribuição do projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro na construção das propostas e recomendações de políticas públicas do Sistema Comércio. O turismo é um dos setores que vêm se recuperando dos efeitos da pandemia e da inflação, ajudando a fomentar o setor terciário em 2022.

“Por meio deste documento, nós apresentamos aos senhores candidatos e à senhora candidata os anseios do empresariado, em uma perspectiva propositiva de construção de um futuro para o Brasil”, explicou Tadros. “E, desta forma, o Sistema Comércio irá con-

José Roberto Tadros, presidente da CNC: documento mostra os anseios do empresariado





No turismo, a CNC recomenda...

- Investimentos em infraestrutura básica dos destinos turísticos;
- Criação de estratégias e programas que posicionem o Brasil como destino focado na sustentabilidade, na cultura e na qualidade;
- Melhorias na mobilidade urbana e na acessibilidade;
- Mais qualidade de internet nas regiões turísticas;
- O fomento à inclusão e à acessibilidade;
- A criação de plataformas de inteligência do turismo, com o compartilhamento de dados sobre o setor por meio de programa nacional;
- A inclusão do tema turismo na grade curricular dos ensinos fundamental e médio;
- Mais programas de qualificação e capacitação profissional de turismo;
- A valorização das unidades de conservação para fomentar roteiros sustentáveis e inteligentes.

tribuir para a construção de um país mais justo, em que a livre-iniciativa seja respeitada enquanto agente indispensável para o desenvolvimento empresarial, econômico e social, e onde a democracia seja mantida como protagonista da representação empresarial e do desenvolvimento do ambiente de negócios do País”, afirmou.

A Agenda Institucional

As Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo são um compilado da Agenda Institucional do Sistema Comércio, explicou a chefe da Divisão de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus Vieira. De acordo com ela, a Agenda Institucional foi construída a várias mãos, com a participação das federações e dos sindicatos, de lideranças sindicais e empresariais de todos os estados, e dos Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac. Por isso, é uma ferramenta colaborativa e de atualização permanente.

“A nossa expectativa é de que a Agenda Institucional forneça a fundamentação necessária a todas as entidades do Sistema Comércio que trabalham pelo melhor ambiente político, institucional e econômico, e que favoreça a atividade desses importantes segmentos da economia nacional. A sociedade mudou e tem exigido que nos posicionemos”, afirmou Nara.

O chefe da Divisão Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, Alain MacGregor, destacou que a Agenda Institucional estará em constante aprimoramento e será uma fonte de acesso a informações atualizadas sobre o cenário empresarial, para que os parlamentares possam apresentar propostas legislativas fidedignas à realidade do setor. “Estaremos sempre trazendo dados novos à Agenda Institucional, porque as atividades empresariais mudam ao longo do tempo”, observou.

O chefe da Divisão de Economia e Inovação (Dein), Guilherme Mercês, frisou a abrangên-

Simone Tebet com os presidentes de federações e sindicatos, após apresentação do documento



cia da Agenda Institucional, pois engloba temas macroeconômicos e regionais, além de temas jurídicos de repercussão nacional que afetam a atividade empresarial e tendências em tecnologia e inovação que irão necessitar de apoio legislativo para avançar e modernizar o comércio. “Entender as demandas empresariais, traduzir tudo isso em políticas públicas e fazer a interlocução com o poder público mostram a grande atuação da CNC em favor das empresas”, afirmou Guilherme.

Turismo

O diretor da CNC e responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da entidade, Alexandre Sampaio, destacou que as propostas e recomendações de políticas públicas para o setor se baseiam, principalmente, na consolidação do turismo sustentável e no fortalecimento da parceria entre o governo federal, os estados e os municípios, empresários, entidades e associações dos diversos segmentos do trade turístico.

As ideias levadas aos candidatos expressam os anseios do setor e foram extraídas do Vai Turismo – Rumo ao Futuro, projeto que se tornou um movimento que conecta instituições, especialistas e profissionais para formar uma rede, por meio da qual são debatidas as necessidades e oportunidades do segmento. O Vai Turismo conta com o envolvimento e a participação das federações dos 26 estados e do Distrito Federal.

“O Vai Turismo não é um documento que ensina a fazer turismo. Ele mostra como, a



CNC

partir de práticas vivenciadas por empresários e demais atores do setor, os governos podem implementar medidas que facilitem o trabalho deles, inclusive com retorno positivo ao poder público, com geração de empregos, arrecadação e crescimento”, destacou Sampaio.

Para o diretor da CNC, as propostas e recomendações são viáveis e possíveis de serem implementadas pelos novos governos ou convertidas em lei com apoio dos parlamentares, porque visam o aprimoramento e a inovação do setor turístico, sobretudo nas regiões. “As premissas apresentadas aos candidatos têm viabilidade técnica e jurídica. O documento que estamos entregando é factível com a realidade que vivemos”, pontuou Alexandre Sampaio.

Nara de Deus Vieira (DRI) e Alexandre Sampaio (Cetur/CNC): contribuições para o Brasil avançar

No turismo, a CNC defende...

- Mais valorização do turismo doméstico;
- A criação de políticas e incentivos para estimular o turismo sustentável e a economia criativa;
- Incentivos tributários para elevar a competitividade do Brasil perante outros destinos internacionais;
- Segurança jurídica e linhas de microcrédito e crédito desburocratizadas para empresas do setor;
- A criação de grupos deliberativos envolvendo poder público, trade turístico, academia e sociedade civil para o debate de projetos, políticas e planos de desenvolvimento;
- O alinhamento com ministérios e instâncias de governança e com agências reguladoras.



Lançamento da Agenda Institucional e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os presidentes de federações e sindicatos



Quer saber mais sobre este assunto? Ouça o podcast da CNC.



CNC

“Definiremos, juntos, soluções para a relação capital e trabalho”

Luiz Inácio Lula da Silva



No encontro com empresários do comércio, o ex-presidente Lula destacou o orgulho de receber das mãos do presidente da CNC, José Roberto Tadros, o documento Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. “Há pontos divergentes, mas isso será muito importante para voltarmos a sentar à mesa com os empresários, os trabalhadores e o governo, e definirmos, juntos, soluções que sinalizem e definam a relação capital e trabalho neste país”, afirmou.

Ao lembrar-se de ações importantes de seu governo no apoio ao comércio, como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lula afirmou que o futuro presidente da República deverá ter credibilidade, governar com previsibilidade e promover a estabilidade,

princípios que afirmou serem fundamentais para impulsionar a economia, gerar crescimento para as empresas, empregos de qualidade e melhores salários, fortalecer o turismo, a educação, o esporte e o lazer.

“Não sei como o empresário imagina o seu futuro sabendo que há 30 milhões de brasileiros enfrentando a insegurança alimentar. Quando há pessoas passando fome, o empresário não lucra, o governo não arrecada e o cidadão perece”, disse Lula.

O candidato destacou a parceria com o vice, Geraldo Alckmin, afirmando que, embora no passado estivessem em lados opostos, hoje estão seguindo na mesma direção. “Temos que ter coragem de somar as pessoas diferentes para vencer os antagonismos”, disse.

“Somos um país porto seguro, porque em nosso governo honramos contratos”

Jair Bolsonaro



O presidente Jair Bolsonaro afirmou que, em uma eventual reeleição, seu governo estará ainda mais próximo dos empresários, com a recriação do Ministério da Indústria e Comércio. E destacou que o titular da pasta será um indicado da classe empresarial.

“Seguiremos o bom exemplo da ex-ministra Tereza Cristina, que fez um grande trabalho no Ministério da Agricultura”, afirmou.

Bolsonaro pontuou suas ações que vêm ajudando o comércio a enfrentar a crise agravada pela inflação, entre elas, a redução de impostos estaduais e federais para reduzir o preço dos combustíveis, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos de fabricação brasileira

e a redução da carga tributária sobre itens da cesta básica. Ele destacou outros avanços, como a Lei da Liberdade Econômica, a independência do Banco Central e a reformulação do BNDES e da Caixa Econômica.

O presidente da República ressaltou investimentos nos setores agrícola e de infraestrutura, como a ampliação da malha ferroviária, a implantação da internet 5G e de novas matrizes energéticas, medidas que vêm ajudando a diminuir a taxa de desemprego no País. “Tudo isso movimentou o comércio e dá esperança à economia. Somos um país porto seguro, porque o nosso governo honra contratos. Conosco, há segurança jurídica”, frisou.

“Queremos um governo parceiro da iniciativa privada”

Simone Tebet



A senadora Simone Tebet defendeu como prioridade a erradicação da fome, o combate à miséria e às desigualdades sociais. “É possível fazê-lo com responsabilidades e metas, sem violar as regras fiscais”, disse ela. E destacou que a iniciativa privada será parceira do Estado, sobretudo em projetos de infraestrutura.

Simone Tebet também incluiu as reformas administrativa e tributária entre as suas prioridades. Neste propósito, a candidata afirmou que irá recriar o Ministério do Planejamento e Orçamento. “As reformas são importantes para que possamos desburocratizar, agilizar e transformar o nosso governo em um governo parceiro dos empresários”, afirmou.

No que se refere a medidas de estímulo ao comércio, a senadora disse ser fundamental garantir um ambiente de negócios seguro e confiável. Mas, para isso, é importante garantir a estabilidade institucional para atrair investimentos. “Temos que mostrar à iniciativa privada e aos investidores estrangeiros que temos segurança jurídica, que respeitamos contratos e não damos calote, que a nossa economia é verde e sustentável, que não há contradição entre meio ambiente e agronegócio”, destacou.

Ela também falou em programas de estímulo ao crédito, como o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).



CBFarma vê com cautela revisão do comércio eletrônico de medicamentos

A Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) voltou a se reunir na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de forma híbrida, depois de quase dois anos virtualmente. O encontro foi conduzido pelo diretor da Fecomércio-MG, Rony Rezende, em virtude da impossibilidade de participação do coordenador da Câmara e 3º vice-presidente da Confederação, Lázaro Luiz Gonzaga.

O presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Rafael Espinhel, fez um relato sobre o Grupo de Trabalho (GT) criado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com o objetivo de revisar os requisitos técnicos para a solicitação remota de dispensação de medicamentos, Portaria nº 76, de 9 de fevereiro deste ano.

O GT tem debatido questões relacionadas ao comércio eletrônico de medicamentos e seus riscos. Rafael explicou a preocupação com os reflexos de uma possível revisão da norma, que fala sobre a abertura de uma flexibilização de procedimentos que pode impactar a cadeia farmacêutica.

“A portaria observa a revisão RDC nº 44 de 2009, que dispõe sobre as boas práticas, incluindo a restrição da venda de medicamentos por parte de sites eletrônicos que não pertençam a drogarias nem farmácias”, disse Espinhel.

O tema também está em debate no Congresso Nacional por meio de dois Projetos de Lei (PLs): PL nº 1.774/2019 e PL nº 1.896/2021. Ambos permitem a venda dos medicamentos por outros estabelecimentos comerciais, além das farmácias. “E nesse caso entram as grandes plataformas de marketplace, que atuam de forma independente, sem os players da cadeia, prejudicando o comércio direto das farmácias”, afirmou.

Para o presidente da ABCFarma, os modelos econômicos precisam considerar dois pilares – sustentabilidade e eficiência –, mas que não impactem a atividade empresarial e estejam vinculados a farmácias e drogarias. O desafio é como melhorar o acesso de farmácias independentes no modelo de comércio eletrônico atual.

Conselhos de Farmácia

Em relação à competência fiscalizatória dos Conselhos de Farmácia, os membros da CBFarma discutiram sobre não ser atribuição desses órgãos verificar se as normas trabalhistas são observadas pelos empresários, bem como fiscalizar o piso salarial da categoria farmacêutica. Essa é uma competência do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, quando for o caso.

O especialista executivo da Divisão de Relações Institucionais (DRI) Sérgio Henrique

Moreira lembrou que a CNC contactou, pouco antes da pandemia, o deputado Felício Laterça (PSL-RJ), que é atuante no segmento, para auxiliar nesses entraves de competência fiscalizatória. “Nesse sentido, o parlamentar apresentou o PL nº 111/2020, que altera a lei que criou os Conselhos de Farmácia, com o objetivo de sanar essa divergência e restringir a fiscalização apenas às questões profissionais”, observou Sérgio.

O fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), causada pela pandemia da Covid-19 no Brasil e declarada em abril pelo Ministério da Saúde, também esteve na pauta da CBFarma, no sentido de trabalhar o pós-estado de emergência da Covid-19.

“Precisamos conversar com o Ministério e a Anvisa, observando as regulamentações necessárias. Os ganhos da pandemia devem ser permanentes. Um exemplo é a entrega em domicílio, a receita com validade para mais de 60 dias, que aumenta demais a adesão do paciente. Se formos voltar ao receituário por mês, perderemos esse paciente do tratamento contínuo porque ele não vai à farmácia”, afirmou o presidente executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto.

Acompanhamento legislativo

A DRI da CNC fez um resumo dos principais projetos em tramitação no Congresso Nacio-

nal que impactam o segmento. A possibilidade de a assistência do farmacêutico ocorrer de forma remota está prevista no PL nº 5.363/2020, projeto de autoria do deputado Felício Laterça (PSL-RJ). O projeto é apoiado pela CNC e, na tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, teve parecer desfavorável por parte da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

“Precisamos trabalhar a importância de ter essa flexibilidade para situações-chave, como horário de almoço ou possível eventualidade do profissional, com aviso prévio”, disse Enildo Azevedo, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Amapá.

Outro projeto trabalhado pela DRI é o PL nº 2.121/2011, de autoria do deputado Walney Rocha (PTB-RJ), que trata do descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias. “Entendamos que esse descarte é do setor industrial e não do setor farmacêutico; por isso, enviamos nossa nota técnica e nos reunimos com o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), relator da matéria”, explicou o especialista executivo da DRI Sérgio Henrique.

O piso salarial do profissional farmacêutico, no PL nº 1.559/2022, também está sendo acompanhado pela equipe legislativa e jurídica da CNC.

Câmara se reuniu de forma híbrida após dois anos de debates virtuais



ICMS e CBios dominam a pauta da reunião da Câmara de Combustíveis

A sanção do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que altera a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis foi bastante debatida durante a reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), realizada no dia 30 de junho, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro.

Com a nova legislação, a alíquota do ICMS na comercialização de gasolina, etanol, diesel, biodiesel, gás de cozinha e derivado de gás natural será cobrada sobre o valor fixo por litro e não pelo preço do produto. O imposto deve ter uma alíquota única para cada produto em todo o País, por isso os estados tiveram que mudar o percentual do ICMS sobre os combustíveis, que girava entre 17% e 18%.

Na proposta original, o governo federal faria uma compensação paga aos estados pela perda de arrecadação do imposto, por meio de descontos em parcelas de dívidas refinan-

ciadas desses entes federados com a União. Contudo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou esse trecho da lei.

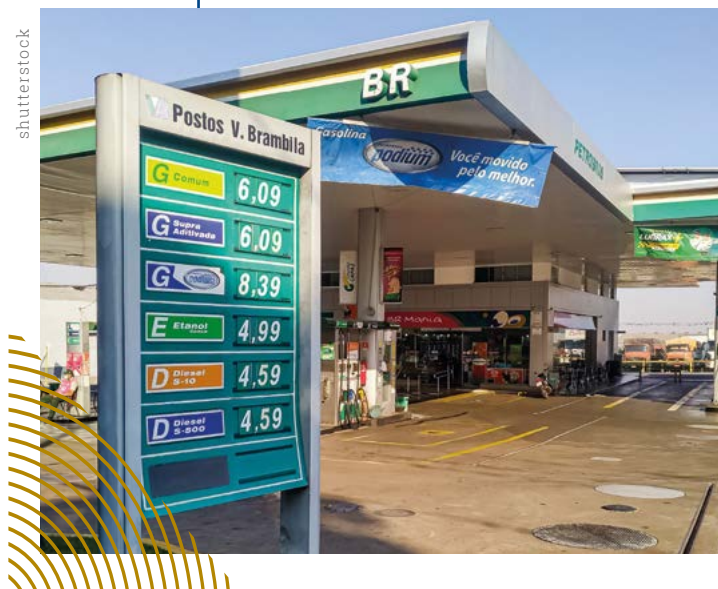
O coordenador da CBCC, Paulo Miranda, ressaltou que, apesar da aprovação da lei, o veto presidencial estimulou que os estados entrassem judicialmente para que não tivessem perdas de arrecadação. “Governadores de 11 estados acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a declaração de inconstitucionalidade pela uniformidade, em todo o território nacional, das alíquotas do ICMS incidente sobre combustíveis. Teremos que esperar essas mudanças para entender como fica a cadeia de combustíveis. Vamos passar por um período de adaptação”, disse Miranda.

O advogado da Divisão Jurídica e Sindical da CNC Bruno Murat explicou que a alegação na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.191, que tem pedido de liminar, é de que essa inovação legal impõe ônus excessivo e desproporcional aos estados e ao Distrito Federal, “comprometendo a continuação dos serviços essenciais prestados à população”.

Paulo Miranda defendeu o sistema *ad rem* unificado. “O que nós queremos é a alíquota única no Brasil inteiro, fixa por unidade de medida, no caso o litro, de maneira a acabar com o contrabando nas fronteiras”, frisou.

Sobre a isenção de tarifa de importação do etanol, muito trabalhada pelo segmento em parceria com a CNC, o vice-presidente da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), Abel Leitão, destacou que o benefício teve, neste primeiro momento, um pequeno impacto, pois chegou durante o período da safra do centro-sul, onde o preço caiu e a arbitragem para importação diminuiu.

A redução dos preços dos combustíveis começou a ocorrer após a sanção do projeto sobre nova alíquota do ICMS





CNC

“O importante é que agora temos essa possibilidade, uma janela que será intensificada em agosto e setembro, quando o preço sobe porque a disponibilidade cai”, ressaltou Abel sobre a conquista positiva para a abertura de mercado.

Crédito de descarbonização

Abel Leitão trouxe para o debate a supervalorização dos Créditos de Descarbonização (CBios). Os títulos desse crédito de carbono são ativos comprados, obrigatoriamente, por distribuidoras, determinados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e cobrados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), dentro do programa RenovaBio, em compensação à emissão de poluentes, com metas anuais a partir da venda dos combustíveis. Em sua maioria, os CBios são emitidos, aproximadamente, da seguinte forma: 80% por usinas de álcool e 20% por usinas de biodiesel.

“Os títulos são escriturados a partir das notas fiscais de venda de biocombustíveis. A colocação para venda não tem prazo e preços obrigatórios. No entanto, as distribuidoras têm metas obrigatórias e prazos de compras estabelecidos. É um processo de comercialização extremamente assimétrico e injusto. Somos a favor de qualquer medida de descarbonização e entendemos que o mercado tem que praticar um preço justo e não uma inflação de quase 500%”, observou. Segundo o vice-presidente da Brasilcom, o valor de cada CBio subiu de R\$ 50 para R\$ 200. “É preciso rever o programa RenovaBio”, avaliou Leitão.

Demandas no Congresso

O especialista técnico da Divisão de Relações Institucionais da CNC Felipe Miranda abordou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 284/2017, que prevê critérios especiais de tributação, a fim de prevenir desequilíbrios concorrenciais, mais conhecidos como devedores contumazes. “O projeto aguarda inclusão na pauta da ordem do dia para votação em Plenário, uma vez que já foi aprovado nas comissões em que foi distribuído”, ressaltou.

As propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional também foram debatidas na reunião. Além da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110/2019, do Senado Federal, que já havia sido apresentada em reuniões anteriores ao grupo, Felipe Miranda falou sobre a PEC nº 7/2020, de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), que cria três classes de impostos (sobre renda, consumo e propriedade) que poderão ser cobrados, ao mesmo tempo, por União, estados, Distrito Federal e municípios.

Outro projeto que traz preocupação aos membros da CBCC é o Projeto de Lei (PL) nº 3.677/2021, que tem o objetivo de dar mais transparência aos preços dos combustíveis, fazendo com que todos os elos da cadeia produtiva informem valor de compra, valor de venda e margem de lucro na comercialização. “Acredito que a pauta não deve prosperar porque a Lei de Defesa da Concorrência não permitirá que isso aconteça”, afirmou Paulo Miranda.

Membros da CBCC se reuniram de forma presencial na sede da CNC no Rio de Janeiro

Fecomércio-RJ apresenta dados de marketplace durante reunião da CBTI



Integrantes da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação, na reunião presencial realizada na CNC, no Rio de Janeiro

Uma pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises do Rio de Janeiro (Ifec-RJ) mostrou que 75% das empresas fluminenses não comercializavam seus produtos de forma on-line em 2020. O dado foi o que motivou a Fecomércio-RJ a criar uma plataforma digital, sem custos para o empresário, para auxiliar na venda de produtos, no começo da pandemia. O resultado desse trabalho de digitalização do comércio fluminense foi apresentado durante a reunião da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI), realizada no dia 4 de julho, na sede do Rio de Janeiro da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O coordenador da Câmara e presidente da Fecomércio-RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, compartilhou a experiência com os membros da CBTI. “Fizemos uma verdadeira operação de resgate diante do cenário da não digitalização. Buscamos trabalhar a autossuficiência, a autossustentação, para solidez dos negócios. E, rapidamente, 350 empresas aderiram, a maioria de micros e pequenos empresários”, afirmou Queiroz.

As ações foram baseadas em três frentes: loja on-line, e-book e comércio mais conectado, sendo as duas primeiras iniciadas em 2020 e amadurecidas em 2021. A última está sendo implantada este ano. Para esta fase, os números são ainda mais expressivos. Foram 75 campanhas nas redes, com mais de 340 mil pessoas alcançadas, 2,4 mil cliques no link e mais de 9 mil engajamentos.

“Trabalhamos em parceria com Sebrae e Convem, que garantiu treinamento em vendas e marketing, capacitando as equipes, incluindo promoção nas redes sociais e posicionamento no Google”, explicou Leonardo Casares Temer, da Fecomércio-RJ. As empresas que adquiriram o serviço pelo site da Federação ou nos sites dos sindicatos filiados não tiveram qualquer despesa de implantação, tendo como investimento somente uma taxa simbólica de comissionamento sobre vendas, cobrada pela empresa responsável. O presidente da Fecomércio-RJ colocou sua equipe à disposição para outras federações e sindicatos que queiram conhecer melhor o trabalho desenvolvido.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Rondonópolis, Geovani dos Reis Sales, destacou que a Fecomércio-MT também lançou uma plataforma de vendas on-line, a Feshop, para impulsionar os comerciantes mato-grossenses nos negócios do mundo digital.

A coordenadora do Centro de Inovação da Fecomércio-BA, Maria Medeiros, elogiou a iniciativa, ressaltando que ações voltadas às novas tecnologias devem ser aceleradas. “Na Bahia, já estamos trabalhando junto ao Sebrae o desenvolvimento de ecossistemas locais de inovação, com foco no melhor relacionamento dos sindicatos com seus representantes, ajudando-os a pensar soluções como esta de venda on-line, visando a mais entrega de valor, acelerando o passo.”

Apoio às micros e pequenas empresas

O coordenador da Base Tecnológica do Sebrae-RJ, Fabio Braga, também apresentou aos membros da CBTI o trabalho que vem sendo desenvolvido com foco no desenvolvimento de produtos para utilização dos pequenos e médios empresários. “O foco maior é naquele que já possui algum grau de maturidade empresarial, trabalhando com as trilhas de start-ups. Atuamos com cursos, palestras, workshops, mentorias e consultorias e em parceria com grandes eventos de tecnologia”, afirmou Braga. Segundo o coordenador do Sebrae, os programas são transversais e podem ser aplicados, do ponto de vista tecnológico, em outros setores econômicos em que atua a Gerência de Comércio e Serviços, Turismo, Economia Criativa, Indústria, Agronegócio e Comunidade do Sebrae.

“A equipe, além de estar em constante movimento de prospecção das novidades do mercado em que possam ser aplicadas, adaptadas ou transformadas para utilização de nosso público-alvo, também busca a excelência através de visitas e troca de experiências com outras unidades federativas do Sebrae, sendo as mais ativas, no nosso caso de interesse tecnológico, Paraná e Santa Catarina”, completou.

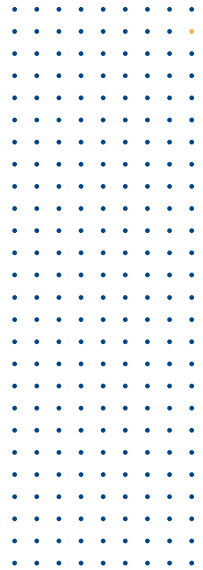
Lei do Bem

A chamada Lei do Bem, nº 11.196/2005, já está em vigor há quase duas décadas, mas ainda é pouco utilizada pelos empresários brasileiros como um incentivo fiscal às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. O presidente do Instituto Fenacon, Marcio Shimomoto, fez uma rápida explanação sobre a lei, que ainda gera dúvidas em muitos empresários.

Ele apresentou os pré-requisitos para se ter acesso, os principais benefícios, como a redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, nacionais e importados, e a redução a zero da alíquota de imposto de renda sobre despesas com registro e manutenção de marcas e patentes no exterior.

Acompanhamento legislativo

O especialista executivo Elielson Gonçalves de Almeida trouxe um resumo das principais matérias legislativas em tramitação no Congresso Nacional, com a regulamentação da Inteligência Artificial (PL nº 021/2020), a incidência e o creditamento do ICMS nas vendas multicanais (PLP nº 148/2019) e a regulamentação do exercício de profissões relacionadas com Tecnologia da Informação, como analista de sistemas, desenvolvedor, engenheiro de sistemas, entre outros (PLS nº 317/2017).



Plataforma on-line potencializou as vendas de forma prática, rápida e com baixo custo para as empresas



Concorrência desleal ameaça empresas do varejo de materiais de construção



Na reunião de 6 de julho, membros da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC), órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), debateram a concorrência desleal no setor, praticada pelas indústrias fornecedoras, por meio de sites oficiais ou por plataformas de marketplace. Nestes canais, elas vendem para empreiteiras, pequenas empresas e pessoas físicas, concorrendo com os varejistas. A reunião foi realizada de forma híbrida, com abertura feita pelo coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, e condução do coordenador da CBMC, Marco Aurélio Sprovieri.

Reunião da CBMC: venda direta dos fornecedores em sites e marketplaces está prejudicando lojistas

O tema foi apresentado pelo diretor da Fecomércio-SP, Cláudio Araújo Lima. Ele destacou que as lojas de materiais de construção estão perdendo vendas para os próprios fornecedores. O cenário, salientou ele, se agrava com a política de substitui-

ção tributária. “Nós investimos em vitrines, lançamento de produtos e em estoques, mas estamos perdendo mercado para quem nos fornece mercadorias, o que é um contrassenso”, disse Araújo, enfatizando que isso está destruindo inicialmente pequenos varejistas e milhares de postos de trabalho.

Outra vertente de concorrência desleal, destacou Cláudio, parte dos sites de vendas que operam com capital estrangeiro, não possuem escritórios no Brasil e vêm praticando crimes de sonegação fiscal, vendendo produtos abaixo do valor de mercado. Além disso, tem sido comum, em algumas plataformas, vendedores cobrando taxas extras dos clientes, alegando ser impostos estaduais. Ao recusar o pagamento adicional do imposto, a compra é cancelada pelo vendedor. “O estado está perdendo. Quem perde mais ainda são os varejistas, que não têm mais forças para concorrer. Muitos estão sucumbindo”, lamentou o diretor da Fecomércio-SP.



Luiz Carlos Bohn ressaltou a importância de um esforço em conjunto com o governo federal para identificar as plataformas digitais que vêm praticando crimes fiscais e discutir soluções para reduzir os impactos da concorrência desleal. Já o coordenador Marco Sprovieri salientou o trabalho realizado pela CNC e pelas federações, aproximando empresários e governos estaduais e órgãos federais. “Temos buscado trabalhar em parceria com as autoridades estaduais para harmonizar a economia”, afirmou.

O advogado da Divisão Jurídica e Sindical (DJS) Cécito Esteves orientou que as iniciativas para coibir as infrações tributárias praticadas pelas plataformas digitais devem ser adotadas pelas autoridades fazendárias estaduais e recomendou parcerias com o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), por meio de celebrações de convênio, para buscar soluções. “Não há como discutir mudanças na legislação que trata de obrigações acessórias no âmbito da reforma tributária”, ressaltou ele.

Qualificação

Na reunião da CBMC, foram debatidas sugestões com o Departamento Nacional do Senac para orientar os profissionais do setor de materiais de construção quanto às melhores práticas do atendimento por meio de plataformas de mensagens, como WhatsApp e Telegram.

O assessor de Relações Institucionais do Departamento Nacional do Senac, Antônio Henrique Borges Paula, e a assessora técnica Kelly Lima se puseram à disposição para colaborar com a qualificação dos profissionais, em todo o País. “A nossa missão é contribuir para o aprimoramento dos profissionais, para que se relacionem de forma mais eficiente, respeitosa e segura com os clientes”, afirmou Antônio Henrique.

O especialista técnico da Divisão de Relações Institucionais (DRI) da CNC Felipe Miranda fez atualizações sobre a tramitação



shutterstock

do Projeto de Lei Complementar nº 57/2021, que cria e regulamenta as centrais de negócios, a fim de permitir parcerias entre empresas em operações de industrialização e de comércio de bens e serviços.

A proposta é da deputada federal Joice Hasselmann (PSDB-SP), e a relatoria é do deputado federal Glaustin da Fokus (PSC-GO). A proposição foi debatida pela presidente do Sindicato do Comércio de Materiais de Construção do Estado de Goiás (Sindimaco), Irma Fernandes, que sugeriu alterações no texto da proposta, no sentido de reduzir a tributação sobre o modelo de atividade. “A central de negócios pode ser melhor que a cooperativa, que não progrediu devido à carga tributária e aos custos operacionais”, avaliou.

Felipe Miranda também falou sobre as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 110/2019 e nº 7/2020, que tratam da reforma tributária. Ele explicou que, por causa de divergências na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, não há perspectivas de avanço da PEC nº 110. Sendo assim, os debates estão concentrados na PEC nº 7, que tramita na Câmara dos Deputados por meio de uma comissão especial. “As pautas do comércio passaram a ser discutidas de maneira muito mais ampla e receptiva na PEC nº 7, por isso as nossas expectativas são grandes quanto ao avanço dessa matéria”, explicou.

Setor também é atingido pela sonegação fiscal, com a venda on-line de produtos abaixo do valor de mercado



Direito de Reparar é tema de destaque na reunião da CBCPave

Membros da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), estiveram reunidos, no dia 13 de julho, para discutir assuntos de interesse do setor. O encontro foi aberto pelo coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, e conduzida pelo coordenador da CBCPave, Ranieri Palmeira Leitão.

O tema de destaque foi o movimento Right to Repair (Direito de Reparar, na tradução), que tem a adesão de lojas e oficinas independentes, pelo direito de terem acesso às informações eletrônicas dos veículos e fazer reparos mais eficientes e confiáveis. Atualmente, as montadoras fornecem os dados dos veículos somente às concessionárias.

Rigth to Repair chegou ao Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei (PL) nº 6.151/2019, que tramita lentamente na Câmara dos Deputados, apensado ao PL nº 2.010/2010, do senador Paulo Paim (PT-RS), juntamente a outras 63 proposições, aguardando a criação de uma comissão especial.

O autor do projeto, deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União-MA), quer obrigar os fornecedores de produtos elétricos e eletrônicos a disponibilizar manuais e peças de reposição aos consumidores. A proposta, no entanto, não atende às expectativas dos empresários do setor automotivo, por isso, os membros da CBCPave sugeriram a construção de um novo texto.

Ranieri Leitão alertou para a importância de unir esforços em torno desse movimento, que irá beneficiar as empresas e os motoris-



shutterstock

tas. “As concessionárias não têm capacidade para atender a frota brasileira. Precisamos estar unidos nesse movimento e ampliar o diálogo com o poder público, com o Poder Legislativo e com as montadoras”, afirmou.

O presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios (Sindirepa), Antônio Fiola, explicou que o Right to Repair surgiu nos Estados Unidos, seguiu para a Europa e cresce na América do Sul, principalmente no Brasil, na Argentina e no Uruguai. De acordo com ele, o grupo brasileiro responsável pelo movimento encaminhou ofícios às montadoras de automóveis e fez contatos com parlamentares. O próximo passo, disse ele, é conscientizar a cadeia produtiva.

“As montadoras alegam diversos motivos para não fornecer os dados, entre eles, o cumprimento à Lei Geral de Proteção de

Movimento Right to Repair (Direito de Reparar) se refere às lojas e oficinas independentes terem acesso às informações eletrônicas dos veículos

Dados Pessoais (LGPD). Mas o nosso desejo e o desejo do consumidor final precisam ser respeitados”, ponderou Fiola.

O presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Autopeças (Andap), Rodrigo Carneiro, reforçou a união e o envolvimento de toda a cadeia produtiva e, sobretudo, a participação da CNC, via CBCPave, em defesa do mercado independente de reposição. “Esse é um avanço conquistado pelos Estados Unidos e pela União Europeia há mais de dez anos. Estamos defendendo o direito legítimo do consumidor final de fazer a reparação de seu veículo onde ele quiser”, frisou.

Inspeção Técnica Veicular

A CBCPave também discutiu a Inspeção Técnica Veicular (ITV), cuja resolução nº 716/2017, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), está suspensa por tempo indeterminado. Os empresários defendem a obrigatoriedade da ITV para garantir a segurança dos veículos e a redução de acidentes.

Este posicionamento da CBCPave será levado pela CNC à Câmara Temática de Gestão e Coordenação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (CPTNAT-Pnatrans), por meio dos representantes da CNC Rodrigo Otávio Moreira e Raneiri Palmeira Leitão. Ele destacou que a obrigatoriedade da ITV irá ajudar o governo a cumprir a meta de reduzir a letalidade do trânsito no prazo de dez anos. “A ITV é um assunto estreitamente ligado ao Pnatrans”, afirmou.

O especialista executivo da Divisão de Relações Institucionais (DRI) da CNC Douglas Pinheiro atualizou os membros da CBCPave sobre as propostas legislativas de interesse do setor que tramitam no Congresso Nacional. Ele chamou a atenção para a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal de um requerimento de audiência pública para discutir a venda direta de pneus por fabricantes.

A proposta é da senadora Margareth Buzetti (PP-MT), que convidou representantes de grandes fabricantes e associações. “Estamos

em contato com a senadora para incluir a CNC nesse debate, que é muito importante ao setor automotivo”, afirmou.

Pinheiro também falou sobre o PL nº 4.821/2016, que obriga o fabricante de veículos a disponibilizar na internet a relação contendo os códigos de referência das peças que compõem os veículos. A proposta aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. “A CNC é favorável a esse projeto, que é muito importante para as empresas automotivas, pois irá facilitar a gestão e a comercialização dos produtos”, afirmou.

O coordenador da CBCPave, Raneiri Leitão (abaixo), e o coordenador-geral das Câmaras, Luis Carlos Bohn, na abertura do encontro que tratou de temas de interesse do setor de autopeças



Reprodução



Código de Defesa do Contribuinte é avanço, mas precisa de ajustes

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o Código de Defesa do Contribuinte, proposto pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 17/2022, de autoria do deputado federal Felipe Rigoni (União-ES). O objetivo foi debater o texto com integrantes do governo, tributaristas e com entidades que representam os diversos setores da atividade econômica.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) participou do debate, representada pelo consultor tributário Gilberto Alvarenga. Ele frisou que, apesar de alguns estados já terem os seus códigos de defesa do contribuinte, o Poder Legislativo federal e o governo estão dando um importante passo, ao criarem uma legislação que vai nortear os entes federativos.

Fiscalização orientadora

Alvarenga destacou que a CNC apoia o PLP nº 17/2022, sobretudo em seu objetivo de

compatibilizar a liberdade econômica e a preservação do patrimônio dos contribuintes com a arrecadação pública. No entanto, ele enfatizou pontos que precisam ser considerados pelo relator da matéria, o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ).

Um deles é a implementação de uma fiscalização orientadora e a relativização da denúncia espontânea. “Temos um cenário atual de multas que variam de 20% a 150% do valor dos tributos, e, muitas vezes, os contribuintes não têm conhecimento sobre a tributação adequada. Há muita desinformação e insegurança. Dar oportunidade ao contribuinte de recolher de forma adequada é algo perspicaz e necessário”, afirmou ele.

O consultor da CNC destacou outros pontos positivos, como a responsabilidade solidária e subsidiária, mas ressaltou a importância de assegurar, integralmente, a ampla defesa e o contraditório ao contribuinte, para que lhe seja dada a oportunidade de corrigir falhas com o fisco. “Temos inúmeras instruções normativas da Receita Federal que inovam, porém geram dúvidas e que levam muito tempo para serem apreciadas pela Justiça”, ponderou.

O autor da matéria, deputado Felipe Rigoni, disse que o objetivo do PLP nº 17/2022 é regular a relação entre o fisco e o pagador de impostos, que hoje está repleta de ruídos. Para ele, é necessário estabelecer critérios para que o bom pagador de tributos seja protegido em sua atividade econômica. “A ideia é ajustar o texto e trazer mais racionalidade a esse processo para que tenhamos os diferentes tipos de pagador de impostos, em especial o bom pagador. E afastar os maus pagadores”, ressaltou.

Gilberto Alvarenga discutiu o tema virtualmente no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados



Novo presidente quer o Carf mais próximo da sociedade

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) conta com um novo presidente. Carlos Henrique de Oliveira, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e especialista em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Università degli studi di Modena e Reggio Emilia, na Itália, assume a Presidência do Conselho em substituição a Adriana Gomes Rêgo. Representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o chefe da Assessoria de Gestão das Representações (AGR), Aurélio Rosas, esteve na solenidade.

“Vivemos uma busca de competência e transparência no desenvolvimento das nossas atividades, e, assim, a solução de conflitos na instância administrativa reveste-se de total importância, quase obrigatória”, disse Aurélio Rosas. Criado em 2009 com a Lei nº 11.941, o Carf é responsável por julgar em segunda instância matérias tributária e aduaneira. A CNC integra o órgão com 34 conselheiros, entre titulares e suplentes.

O novo presidente, que atuou no Conselho no período entre 2012 e 2018, quando exerceu as funções de conselheiro e presidente da 1ª Turma da 2ª Seção do Carf, agradeceu a confiança e a oportunidade de presidir o órgão, com o compromisso de retribuir com muito trabalho e dedicação.

“Nosso compromisso é contribuir para que o órgão continue, a cada dia, prestando um serviço de excelência à sociedade, e, para isso, conto com a ajuda do corpo funcional experiente e capacitado que temos hoje. Nossa prioridade de gestão será a busca da aproximação do Conselho com a sociedade, a academia, os órgãos de controle e os sujeitos passivos. Este trabalho é fundamental”, disse Carlos Oliveira.

Também participaram da solenidade os conselheiros da CNC no Carf, Wesley Rocha



e Ana Cláudia Borges, e o analista da AGR Oscar Nóbrega.

A ex-presidente do Carf Adriana Gomes Rêgo encaminhou uma correspondência ao presidente da CNC, José Roberto Tadros, agradecendo a parceria da Confederação na indicação de conselheiros e no apoio à realização de eventos, como o Seminário Carf de Direito Tributário e Aduaneiro. “O evento, com apoio e retransmissão da CNC, reconhecidamente, produziu excelentes debates extensivos à sociedade, com a participação de renomados juristas, autoridades dos três Poderes da República e representantes de instituições nacionais e internacionais, tendo sempre em vista o aperfeiçoamento do julgamento no contencioso administrativo fiscal federal e a capacitação técnica dos conselheiros do Carf”, escreveu Adriana, destacando a dedicação da equipe da CNC no fortalecimento da imagem institucional do Conselho.

Carlos Henrique de Oliveira (ao centro) substitui Adriana Gomes Rêgo

Com ampla maioria, Senado aprova Simples Nacional para representantes comerciais

O Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 6 de julho, com ampla maioria, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 5/2015, que inclui os representantes comerciais e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros no Simples Nacional. A proposta beneficia mais de 730 representações em todo o País, entre pessoas físicas e jurídicas.

A aprovação do projeto contou com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que, por meio da Divisão de Relações Institucionais (DRI), atuou junto aos senadores em defesa dos representantes comerciais.

O PLS nº 5/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e com relatoria do senador Wellington Fagundes (PL-MT), altera a Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para enquadrar

os representantes comerciais e outras categorias nas regras do Simples Nacional, de forma a incluí-los em uma tabela de tributação com alíquotas menores.

“A aprovação desse projeto no Senado é resultado de um longo trabalho de articulação realizado pela CNC, em parceria com as federações e os sindicatos do Sistema Comércio”, destacou o especialista executivo da DRI Douglas Pinheiro.

A proposta segue para a Câmara dos Deputados. O vice-presidente da Fecomércio-PE e presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere), Archimedes Cavalcanti Júnior, anunciou o início da campanha pela aprovação do projeto na Casa revisora. “Estamos acionando as federações e os sindicatos empresariais para mobilizar as lideranças dos partidos e os parlamentares, em suas bases nos estados, para mais uma vitória maiúscula”, afirmou.

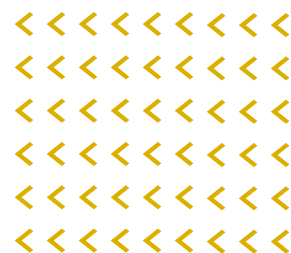


shutterstock

Resultado no Congresso teve o apoio da CNC, que atuou junto aos parlamentares em defesa do PLS



Guilherme Mercês, ao microfone, analisou as interfaces associadas à nova tecnologia



Chegada do padrão 5G traz desafios e oportunidades para o setor de comércio e serviços

Brasília sediou, no dia 28 de junho, o Painel Telebrasil 2022, evento de telecomunicações, conectividade e inovação que debateu temas estratégicos, com enfoque nos segmentos da economia mais impactados pelos serviços de telecomunicações e pela transformação digital.

O chefe da Divisão de Economia e Inovação (Dein) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Guilherme Mercês, participou do Painel 2: O Brasil depois do 5G, que tratou dos principais desafios dos primeiros passos da tecnologia no Brasil, sobretudo como acelerar essa implantação.

“A história é feita de ciclos econômicos e tecnológicos que estão sempre juntos. E com o 5G temos como desafio a infraestrutura, pois demanda tempo, investimento, um arcabouço legal necessário para fazer acontecer e a conciliação das interfaces advindas das novas tecnologias. Essa é a grande tônica social. As tecnologias chegam antes, e a sociedade vai mudando aos poucos esse comportamento, passando do simples celular para uma guerra de interfaces, com óculos, TV, carro e até geladeira”, exemplificou.

O economista observou como esse impacto do “novo” muda a perspectiva de comércio e serviços de forma geral. Ele destacou dois pilares: ganho de produtividade e experiência do consumidor. “Com a Internet das Coisas, os sensores e a utilização dessas tecnologias que serão alavancadas com o 5G, será possível reduzir custos e obter uma logística e produção mais eficientes, destacando também que, com essa guerra de interfaces, na qual é possível ter mais acesso às preferências do cliente, as novas tecnologias vão permitir que se chegue de forma mais customizada ao nosso consumidor.”

Guilherme Mercês concluiu citando três pontos a serem trabalhados: melhoria de estrutura para empresas; oferta de profissionais qualificados para cooperar nesse ambiente, com formação de mão de obra visando à antecipação dos processos; e, por fim, um processo de regulação, que é fundamental para o avanço na cadeia tecnológica, baseado num planejamento estratégico, com a utilização de sandbox – ambiente experimental controlado para testes –, buscando subsídios para que a população esteja preparada para a chegada dessa nova era.



Brasil perde Ernane Galvêas, um humanista

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) recebeu com profunda tristeza a notícia do falecimento do consultor econômico da Presidência da entidade e coordenador de seu Conselho Técnico, Ernane Galvêas, ocorrido no dia 23 de junho. Integrante do governo do 30º presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1980), Galvêas promoveu, como ministro da Fazenda, relevantes avanços no setor econômico, no momento em que o País precisou se ajustar ao cenário internacional impactado pela segunda crise do petróleo.

“O País perde uma referência não apenas na área econômica, mas um humanista de primeira grandeza, de uma estatura intelectual admirável”, lamentou o presidente da CNC, José Roberto Tadros. “Com seu conhecimento, sua experiência e sabedoria, ajudou a CNC e o Brasil a serem maiores. Pessoalmente, perco um grande amigo, cuja convivência sempre foi marcada pelo afeto, respeito e admiração. Em nome da Confederação e de todo o Sistema Comércio, manifesto meu agradecimento por tudo o que Ernane Galvêas representou para nós e me solidarizo com a família neste momento de dor”, afirmou.

Capixaba, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, em 1º de outubro de 1922, Ernane Galvêas graduou-se em Contabilidade, Economia e Direito. Realizou cursos de extensão no Instituto de Economia de Wisconsin, nos Estados Unidos,

e no Centro Monetário Latino-Americano, na Cidade do México. Era mestre em Economia por Yale.

Em 1942, ingressou no Banco do Brasil, foi chefe adjunto do Departamento Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) (1953-1961) e assistente econômico de vários ministros da Fazenda (1961-1963). Foi diretor financeiro da Comissão de Marinha Mercante (1963-1965), diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), no Banco do Brasil (1966-1968), e presidente do Banco Central do Brasil por dois períodos (1968-1974 e 1979).

Exerceu o cargo de ministro da Fazenda, de janeiro de 1980 a março de 1985, tendo sido representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Fundo Africano de Desenvolvimento e no Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Como ministro, ocupou a Presidência do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Comércio Exterior.

Ao encerrar seu primeiro período na Presidência do Banco Central, em março de 1974, Ernane Galvêas ingressou no setor privado, como presidente da Aracruz Celulose. Em várias oportunidades, dedicou-se ao ensino superior, como professor da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, da Faculdade de Ciências Econômicas do antigo Estado da Guanabara, e do curso de pós-graduação do Conselho Nacional de Economia.

Em 1988, passou a atuar como consultor econômico da Presidência da CNC, onde também coordenou seu Conselho Técnico. Galvêas era membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas e Presidente de Honra da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), além de autor de inúmeros artigos e diversos livros de Economia.



Presidente Tadros reafirma importância da atuação do Conselho de Notáveis



Carolina Braga/CNC

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, participou da reunião do dia 19 de julho do Conselho de Notáveis da entidade. Foi o segundo encontro sob a condução do consultor da Presidência da Confederação, Bernardo Cabral, que passou a coordenar as reuniões do órgão consultivo da CNC após o falecimento de Ernane Galvêas, ocorrido em junho.

Logo após manifestar seu pesar pela perda do ministro Galvêas, o presidente Tadros destacou a importância do trabalho realizado pelos conselheiros, referências em suas áreas de atuação e que contribuem, com suas experiências, para questões de relevância para o Sistema Comércio e para o País. “Sempre que a apertada agenda me permita, estarei aqui com vocês, compartilhando com toda a satisfação estes momentos de

convivência e reflexão sobre questões de grande importância para o Brasil”, disse o presidente da CNC.

Tadros foi saudado pelo ex-embaixador e ex-secretário-geral do Itamaraty Marcos Azambuja, que agradeceu as palavras do presidente e destacou a pluralidade de saberes na composição do Conselho, ao se referir à mudança do nome do órgão, que era chamado de Conselho Técnico.

O coordenador do conselho, Bernardo Cabral, voltou a celebrar a memória de Ernane Galvêas, homenageado na reunião de 5 de julho, agradecendo a presença e o reconhecimento da importância do órgão por parte de José Roberto Tadros e do vice-presidente Financeiro da CNC, Leandro Domingos. Em seguida, o professor de Direito Aurélio Wander Bastos fez uma apresentação, tendo como tema Arnoldo Wald – A Gênese do Mandado de Segurança.

Foi a segunda reunião sob a condução de Bernardo Cabral, que passou a coordenar o órgão consultivo da Confederação após o falecimento de Ernane Galvêas

AMAZÔNIA: SOBERANIA

Publicado originalmente no jornal *A Crítica*, de Manaus, este artigo do consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, alerta para a importância da reafirmação da soberania brasileira sobre uma das mais ricas e importantes regiões de floresta do mundo. Um tema que permanece em aberto no País.

De há muito, venho alertando a Nação – como tantos outros brasileiros – quanto aos riscos que ameaçam nossa soberania na região. Assim é que, travestidas das formas mais inocentes, organizações estrangeiras procuram estender seus tentáculos sobre a vastidão das nossas terras, sobre nossa descomunal riqueza mineral e biológica. Algumas missões de alegado cunho religioso ou científico representam, na verdade, estratégias para infiltração em nossas florestas, levantamento de nossas riquezas e sua futura exploração. Não é de hoje que planos como o Instituto Internacional da Hileia Amazônica e o projeto do Grande Lago Amazônico, do Hudson Institute, em 1967/1968, comportavam sérias ameaças à soberania nacional.

Mal ou bem, fosse por esforço próprio ou porque a conjuntura internacional nos favorecesse, resistimos a essas pressões: a Amazônia brasileira permanece sendo nossa. Ainda que precariamente, a região viu aumentar seu desenvolvimento e sua povoação; projetos internacionais de exploração econômica tiveram suas concessões anuladas, foram assimilados em condições aceitáveis ou foram, como o projeto Jari, nacionalizados; o desvio de riquezas para o exterior, que efetiva e lamentavelmente ocorreu, dentro ou às margens da lei, foi pequeno diante do imenso potencial amazônico inexplorado.

“

É imperioso promover um amplo processo de desenvolvimento da Amazônia que venha atender às necessidades de sua população e a cumprir o fabuloso potencial da região”

Perguntamo-nos, 40 anos decorridos, depois de tantas e tamanhas transformações por que passou o mundo, o Brasil e a região amazônica, se ainda subsistem ameaças à Amazônia brasileira vindas do exterior. A soberania nacional continua a correr riscos na região ou tal ideia já não é condizente com a realidade econômica e política do mundo e do País?

Se correr riscos é necessário, assim também afirmar de modo ativo a soberania da Amazônia. Não apenas com retórica, mas com ações concretas. Nesse sentido, é imperioso promover um amplo processo de desenvolvimento da Amazônia que venha atender às necessidades de sua população e a cumprir o fabuloso potencial da região. E, sobretudo, deixar bem claro que, de modo algum, nosso país abrirá mão de sua soberania sobre seu território amazônico.



Bernardo Cabral é consultor da Presidência da CNC

AS CRIPTOMOEDAS E SUA REGULAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto de Lei nº 4.401/2021 objetiva disciplinar a prestação de serviços de ativos virtuais no Brasil. Neste artigo, o consultor jurídico da Presidência da CNC, Marcelo Barreto, analisa os principais pontos considerados na abordagem de um novo mercado que vem crescendo em todo o mundo.

O mercado de criptomoedas vem crescendo velozmente nos últimos anos, atingindo em 2021 uma movimentação financeira mundial de US\$ 3 trilhões. No mesmo ano, o volume total financeiro no Brasil atingiu R\$ 127 bilhões, segundo o *Valor Econômico* de 19 de abril. Alguns países no mundo já estudam a sua regulamentação plena, como os Estados Unidos e a Rússia, sendo esta última um dos principais centros de “mineração” desses ativos. O Brasil está dando seus primeiros passos, tendo sido aprovado pelo Senado Federal o texto substitutivo do Projeto de Lei nº 4.401/2021, que objetiva disciplinar prestação de serviços de ativos virtuais no território nacional.

Ativo virtual significa a representação digital de valor, que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento (artigo 3º). As empresas sujeitas à regulamentação serão aquelas que prestam serviços relacionados a esses ativos. Segundo o artigo 2º do projeto de lei, as prestadoras de serviços somente podem funcionar se obtiverem autorização de um órgão regulador da administração pública federal (que provavelmente será o Banco Central) e devem obedecer a algumas diretrizes e boas práticas de governança. Haverá um prazo para que as empresas se adaptem à regulamentação infralegal, não inferior a seis meses (artigo 9º).

Há também dispositivos de natureza criminal, que punem a gestão fraudulenta dos criptoativos, especialmente a prática

da pirâmide financeira, tão perniciosa ao mercado, pelo potencial de prejuízo que pode provocar aos investidores. Ao mesmo tempo, há estímulos aos investimentos virtuais, como a isenção de tributos federais, até 31 de dezembro de 2029, sobre a aquisição, por pessoas jurídicas de máquinas computacionais em atividades voltadas a ativos virtuais (artigo 15).

Este é o caminho para incentivar o ambiente de negócios em atividades com moeda virtual, mediante legislação que trará segurança jurídica e investimentos num ramo financeiro cujo desenvolvimento se torna irreversível em todas as partes do mundo, com notória influência no comércio doméstico e internacional. Até a edição deste texto, o projeto de lei aguardava apreciação da Câmara dos Deputados.




As prestadoras de serviços somente podem funcionar se obtiverem autorização de um órgão regulador da administração pública federal (que provavelmente será o Banco Central)”



Marcelo Barreto é consultor jurídico da Presidência da CNC



Pesquisas Econômicas



Auxílios e programas de renda dão fôlego de curto prazo para a economia

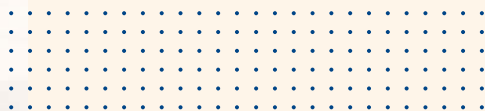
Recorde histórico na inadimplência, desaceleração na intenção de consumo e queda nas expectativas do empresário do comércio para os próximos meses são fatores que mostram que, apesar do reajuste do Auxílio Brasil e dos programas de renda terem efeitos positivos para os setores do comércio e de serviços, o ganho de fôlego na economia pode ter curto prazo.

A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) teve alta de 1,2% em julho, e, apesar de todos os indicadores apresentarem aumento, a maioria sofreu desaceleração em relação a junho.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) também registrou avanço mensal, o quarto consecutivo, de 1,5%, apesar de a alta mensal ser mais modesta que nos três meses anteriores.

Um dos destaques positivos do Icec e da ICF é que consumidores e empresários mostraram otimismo com o mercado de trabalho. Por um lado, os empresários apresentaram maior intenção de contratação, por outro, os consumidores demonstraram maior satisfação com o emprego atual e com as perspectivas profissionais.

Já a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) traz como ponto de atenção o recorde histórico de famílias inadimplentes e endividadas que, em julho, atingiu o maior percentual dos últimos 12 anos. Outro fato é que as famílias com menores remunerações são as mais impactadas pelos aumentos de preços, o que tende a manter seu consumo focado nos itens essenciais.



Intenção de Consumo avança, com destaque para Renda Atual

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) seguiu avançando em julho. Com alta de 1,2%, o índice apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) alcançou 80,7 pontos, superando mais uma vez os resultados do mesmo mês nos dois anos anteriores, durante o auge da pandemia da Covid-19. Todos os indicadores da pesquisa apresentaram aumento na comparação mensal; contudo, a maioria registrou desaceleração em relação a junho.

O destaque do levantamento ficou por conta do indicador Renda Atual, que apresentou o aumento mensal mais relevante da ICF, de 2,4%, e o segundo maior anual, de 23,5%. O presidente da CNC, José Roberto Tadros, avalia que o resultado foi impulsionado especialmente pelas famílias que ganham até dez salários mínimos, grupo que apresentou avanço de 2,6% nesse índice. “Os crescimentos sucessivos do rendimento real das famílias, apoiados pelas medidas de auxílio à renda, levaram à melhoria dessa percepção”, observa.

O indicador Nível de Consumo Atual apresentou o segundo maior crescimento mensal, de 2,1%, um avanço mais significativo do que o 1,2% registrado no mês anterior. Já esse incremento, segundo a análise, foi puxado pelas famílias com ganhos acima de dez salários mínimos, que, devido ao fato de possuírem mais recursos para compras não essenciais, contaram com um avanço de 2,9%.

Por outro lado, o menor crescimento do mês ficou por conta do índice Perspectiva de Consumo, que avançou apenas 0,2% em relação a junho. A economista da CNC responsável pela análise, Catarina Carneiro, estima que as famílias devem seguir mais cautelosas em suas compras nos próximos meses, principalmente a parcela com renda abaixo de dez salários mínimos.

>>> ICF

é um indicador com capacidade de medir a avaliação que os consumidores fazem de aspectos importantes da condição de vida de sua família, como a capacidade de consumo e as condições de crédito.

OTIMISMO COM O MERCADO DE TRABALHO

Os indicadores relacionados ao mercado de trabalho se destacaram. Emprego teve a maior pontuação em julho, 108,4. Perspectiva Profissional alcançou nível satisfatório, com 100,3 pontos, o que não ocorria desde abril de 2020. Os consumidores otimistas chegam a:



45,3%

CNC



Mesmo com o consumo atual avançando, com o otimismo verificado sobre a renda e a evolução do emprego, o ambiente econômico com preços e juros mais altos motivou um cenário de moderação. O índice Perspectiva de Consumo teve o menor crescimento do mês, impactando principalmente as famílias com renda abaixo de dez salários mínimos, grupo que obteve a única queda mensal (0,1%) exatamente nesse item”

Catarina Carneiro da Silva,
economista responsável pelo estudo

Endividamento e inadimplência atingem maior percentual em 12 anos

A segunda metade de 2022 começou com 29% das famílias brasileiras com algum tipo de conta ou dívida atrasada. Esse é o maior percentual de inadimplência registrado desde 2010, quando a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) iniciou a apuração mensal, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Também o endividamento das famílias brasileiras chegou a 78% em julho, maior índice registrado nos últimos 12 anos. Houve aumento de 0,7 ponto percentual (p.p.) na comparação com o mês anterior e de 6,6 p.p. em relação a julho do ano passado. O percentual de comprometimento da renda permanece no mesmo valor, em 30,4%, desde abril, mas 22% dos brasileiros estão com mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas.

“A alta dos indicadores de inadimplência, após queda nos meses de abril, maio e junho, indica que as medidas extraordinárias de suporte à renda, como os saques extras do FGTS e a antecipação do 13º salário aos beneficiários do INSS, aparentemente tiveram efeito momentâneo no pagamento de contas ou dívidas já atrasadas, concentrado no segundo trimestre deste ano”, analisa o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

A dinâmica de aceleração do endividamento neste início de semestre ocorreu de forma semelhante nas duas faixas de renda pesquisadas. Para as famílias que recebem mais de 10 salários mínimos por mês, a contratação de dívidas voltou a subir (0,8%) depois de dois meses de redução. Entre os que recebem até 10 salários, o endividamento cresceu em 0,6%.

Em julho, a proporção daqueles que afirmaram não ter condições de pagar seus débitos já atrasados cresceu 0,1% em relação a junho. A maioria dos que permanecerão sem pagar contas ou dívidas já atrasadas de meses anteriores está entre os consumidores que não concluíram o ensino médio (13%), que também foram os que mais precisaram atrasar pagamentos no próprio mês de julho (33,3%).



CNC



As classes de despesas das famílias que ganham menos são justamente as que tiveram maiores aumentos recentes de preços, então elas acabam gastando uma parcela maior do orçamento para fazer frente ao aumento da inflação. Ou seja, as famílias com menor renda foram mais afetadas e aumentaram o endividamento, a despeito dos juros altos, para sustentar seu nível de consumo.”

Izis Ferreira,
economista responsável pela pesquisa

CAEM DÍVIDAS NO CARTÃO



-1,2 p.p.

Esta foi a queda no número de famílias endividadas no cartão de crédito em julho, a terceira seguida na modalidade. As famílias estão se endividando menos no cartão porque estão buscando outras modalidades com custo ou juros menores. Esse movimento ocorreu entre os consumidores dos dois grupos de renda pesquisados. No total dos endividadados, 85,4% possuem dívidas no cartão de crédito.

>>> PEIC

é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com 18 mil consumidores.

Confiança do comércio sobe pelo quarto mês e cresce perspectiva de contratação

Pelo quarto mês consecutivo, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) apontou otimismo dos comerciantes. Apesar de o avanço mensal, de 1,5%, ser mais modesto do que os registrados nos três meses anteriores, o indicador apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) alcançou 123,1 pontos em julho. Na comparação anual, o crescimento foi de 14,2%.

Entre os índices avaliados, Condições Atuais do Empresário do Comércio se destacou, apresentando tanto a maior variação mensal (+4,7%) quanto anual (+30,6%). O presidente da CNC, José Roberto Tadros, observa que o resultado pode ser explicado pela retomada do consumo reprimido durante a pandemia e pelas medidas de reposição de renda do governo federal. "A despeito da inflação ao consumidor e dos juros mais altos, o desempenho positivo das vendas no varejo tem impactado de maneira favorável a percepção dos empresários sobre as condições de operação do comércio e o desempenho da própria empresa."

O destaque do Icec ficou para o varejo de vestuário, tecidos, acessórios e calçados, com o índice de confiança atingindo 131,6 pontos, uma alta mensal de 1,4% e de 38% na comparação com julho de 2021. Foram as maiores taxas dentre os grupos de comerciantes pesquisados. Segundo a análise da CNC, o comportamento é justificado pela retomada de eventos, viagens, lazer, entretenimento fora de casa e o próprio trabalho presencial.

Já as expectativas dos comerciantes para os próximos meses apresentaram a primeira queda após três altas mensais. Ainda assim, a CNC considera que as medidas de ampliação temporária da renda das famílias vão ter impacto positivo nas vendas no segundo semestre, por isso, revisou a expectativa para o volume de vendas este ano: de +1,7% para +2,0%.

MAIS VAGAS À VISTA

O subíndice Intenções de Investimentos na Contratação de Funcionários avançou 1,6%, alcançando 131,7 pontos, o terceiro aumento consecutivo. No ano, o incremento na perspectiva de contratação foi de 7%. A porcentagem de empresários e tomadores de decisão que afirmaram que pretendem ampliar o quadro de funcionários dos estabelecimentos é de:



77,2%



CNC



As expectativas de contratações são positivas para o segundo semestre. Com as vendas no varejo impulsionadas pelo reforço na renda das famílias com o novo aumento de 50% no Auxílio Brasil, o comércio já enxerga a necessidade de mais funcionários"

Izis Ferreira,

economista responsável pela análise da pesquisa

>>> ICEC

é um indicador mensal antecedente, apurado entre os tomadores de decisão das empresas do varejo. A amostra é composta por seis mil empresas de todo o País.

CNC



EQUILÍBRIO TRIBUTÁRIO

“É uma honra recepcionar o setor atacadista. Estamos vivenciando um momento da mais pura sinergia e do diálogo que deve pautar as ações ligadas ao Fisco e ao empresariado.”

Kelson Fernandes,

presidente da Fecomércio-BA, durante abertura de evento com SindAtacado e Asdab, entidades baianas do atacado

TURISMO REGIONAL

“As rotas turísticas são resultado da articulação do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac, por meio do Sicom, com as IGRS do Vale das Águas e Grande Oeste, e estão perfeitamente alinhadas às políticas de regionalização do Ministério do Turismo.”

Helio Dagnoni,

presidente da Fecomércio-SC, sobre as duas novas rotas turísticas no oeste do estado



CNC

TERMINAL DE CONTÊINERES

“O empreendimento é uma grande conquista, com a facilidade na aquisição das mercadorias em tempo hábil, fator que atribui benefícios aos consumidores, com vasta gama de opções de produtos e diminuição dos preços.”

Ladislao Pedroso Monte,

presidente da Fecomércio-AP, durante a visita técnica às instalações do primeiro terminal de contêineres do Estado do Amapá

CNC





Turismo e Hospitalidade



Um vetor de desenvolvimento

Julho/agosto de 2022. Documento nacional do movimento Vai Turismo começa a ser entregue aos candidatos à Presidência da República como parte da Agenda Institucional do Sistema Comércio da CNC (leia na página 14). Para divulgar a importância do turismo como vetor de desenvolvimento social, o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC, as principais entidades empresariais do turismo brasileiro e as Federações do Comércio de todo o País lançam, juntas, campanha em suas mídias sociais (#vaiturismo2022).

E começamos nossa viagem pelo Brasil no extremo Norte, no estado que possui a única capital acima da Linha do Equador: Roraima. Natureza exuberante, fauna e flora ricas e com forte diversidade cultural, étnica e gastronômica são elementos que tornam o estado vocacionado ao turismo. Por isso, o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-IFPD-RR apoia e fortalece as atividades turísticas, como afirma, em artigo, seu presidente, Ademir dos Santos.

Ainda no Norte, o Cetur Tocantins participa da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Municipal da capital Palmas. Em Natal, a Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio-RN se prepara para levar propostas aos candidatos ao governo do estado. No Sul, a Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio-SC debate a legalização dos jogos e as estratégias para o avanço do setor, enquanto a Fecomércio-PR promove workshop de turismo internacional.

Se depender da atuação integrada do setor, em 2022, o turismo ampliará sua participação nos planos de governo, em todo o País.

COLABORARAM NESTA EDITORIA:

Iara Bednarczuk (Fecomércio-RR), Giovana Souza Lima (Senac-RR) e Ana Carolini Gama (Sesc-RR)

Modernizar a legislação é prioridade para o setor

Adequar o texto da Lei Geral do Turismo, modernizando a legislação para garantir maior segurança jurídica às atividades do setor. Esta é uma prioridade do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que tem o apoio das entidades empresariais e representativas do trade turístico.

Com esse objetivo, o Cetur/CNC esteve presente no encontro promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo (Frentur), presidida pelo deputado federal Herculano Passos (Republicanos-SP), no qual estiveram reunidos o ministro Carlos Brito e representantes do turismo. Além da modernização da Lei Geral do Turismo, foram debatidas medidas como legalização dos jogos, investimentos em transporte aéreo, receptivo, segurança, saúde e capacitação profissional.

Alexandre Sampaio e o ministro Carlos Brito, em audiência na Câmara

Na ocasião, a especialista técnica do Cetur/CNC Ana Paula Siqueira entregou ao ministro Carlos Brito o documento Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de Turismo – Nacional, fruto de uma articulação ampla e participativa que consolidou demandas do setor em recomendações de políticas públicas.

Audiência pública

O diretor da CNC, responsável pelo Cetur, Alexandre Sampaio, esteve presente na audiência pública da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, que tratou dos programas e projetos do Ministério do Turismo em 2022, com a participação do ministro do Turismo, Carlos Brito, e do presidente da Embratur, Silvio Nascimento.

Eles apresentaram as ações, com foco em infraestrutura, qualificação, promoção e investimento, que foram estratégicas para enfrentar os obstáculos da pandemia. O ministro citou a aprovação de medidas provisórias que permitiram a remarcação de pacotes e passagens, a liberação de crédito para empresas do setor e o lançamento do selo Turismo Responsável.

Brito também falou do fomento aos turismos gastronômico e rural. Para o segundo semestre, destacou a continuação de obras em monumentos históricos e diversos destinos turísticos pelo País. “Hoje, o nosso trabalho vem se destacando porque existe um Ministério do Turismo e uma Embratur trabalhando em conjunto pelo turismo brasileiro”, afirmou.

Sampaio parabenizou o ministro Carlos Brito e considerou o diálogo aberto com os segmentos do setor um diferencial. “Isso tem sido fundamental para a cadeia produtiva do turismo”, disse.

CNC



Movimento Vai Turismo lança campanha nas mídias sociais

As trinta principais entidades empresariais do turismo brasileiro e as Federações do Comércio (Fecomércios) de todo o País lançaram, no dia 21 de julho, em suas mídias sociais, uma campanha reforçando a importância do turismo como vetor de desenvolvimento social. Com a hashtag #vaiturismo2022, a ação pretende reforçar o pleito do setor de conquistar espaço para o turismo nos planos e programas de governo dos candidatos, e vai durar até outubro, mês das eleições gerais no País.

A iniciativa faz parte do movimento Vai Turismo – Rumo ao Futuro, lançado em 2021 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A iniciativa reuniu o trade turístico em todos os estados e no Distrito Federal, com o propósito de criar um movimento nacional com pessoas e organizações para a elaboração de recomendações de políticas públicas que estimulem o impulsionamento do setor, especialmente após os impactos da pandemia da Covid-19.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destaca a relevância de ações específicas para elevar os números do setor. “Temos um mercado doméstico de turismo invejável, com pelo menos trinta milhões de brasileiros que viajam com frequência. Mas é possível progredir, criar mais empregos no País, promover melhorias sociais e econômicas e proteger o meio ambiente. Para isso, o turismo precisa de políticas públicas efetivas e estruturantes, que possam aumentar a competitividade e consolidar o setor”, disse Tadros.

Documento com propostas para os presidentiáveis

O primeiro grande passo do movimento foi o desenvolvimento do documento Propostas e Recomendações de Políticas Públicas de



Turismo – Nacional, entregue aos pré-candidatos à Presidência Jair Bolsonaro, Simone Tebet e Luiz Inácio Lula da Silva, com seu candidato a vice, Geraldo Alckmin, com a Agenda Institucional do Sistema Comércio (ver matéria de capa).

O diretor da CNC, responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) e presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio, destaca a importância de convencer os candidatos à Presidência da República da necessidade de tratar o turismo com prioridade e compromisso. “O desafio é que as recomendações estejam nos planos e programas dos candidatos à Presidência. Precisamos do comprometimento deles, e, após as eleições, vamos acompanhar, para que as propostas se transformem em ações”, defende Sampaio.



2022: O ANO DO TURISMO EM RORAIMA

Presidente da Fecomércio-RR, Ademir dos Santos, fala sobre o potencial do turismo na geração de emprego e renda no estado e da possibilidade de o ano de 2022 bater recorde na geração de vagas no setor.

Roraima é um estado que possui uma vocação natural para o turismo, principalmente o ecoturismo, o etnoturismo e o turismo gastronômico. A localização geográfica, na fronteira com dois países, Venezuela e Guiana, traz a mistura de sabores, cultura, ritmos e bons negócios para o setor. O clima e a vegetação de Roraima também são atrativos para quem busca contato com a natureza e conhecer a única capital brasileira localizada totalmente acima da Linha do Equador.

Por esses fatores, o turismo é uma das atividades com grande potencial para a economia de Roraima. Apesar de atualmente representar 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, ele vem apresentando um crescimento real acumulado, desde 2010, de 54,3%, ficando acima da média do crescimento econômico do estado para o mesmo período, que foi de 30,2%.

Além de seu crescimento constante, sofrendo quedas apenas em 2020, primeiro ano da pandemia, o turismo vem se mostrando como um dos grandes empregadores formais no estado, representando 6,8% de todas as vagas

de trabalho formal, ou seja, emprega mais que o dobro da sua participação no PIB estadual. A geração de empregos no turismo teve um dos seus melhores desempenhos no ano passado, revertendo o quadro negativo de 2020.

No primeiro trimestre do ano, a geração de empregos continuou acentuada, o que leva a crer que até o meio do ano os empregos gerados no turismo tenham superado os resultados de 2021, marcando o ano de 2022 como o ano de recorde na geração de vagas no setor.

Para incentivar ainda mais o setor, a Federação do Comércio e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Conselho Empresarial do Turismo e Hospitalidade (Cetur), desenvolvem o projeto Vai Turismo, com propostas de políticas públicas e ações prioritárias de curto prazo para Roraima. As recomendações serão entregues aos candidatos ao cargo de governador(a) nas eleições deste ano, com o objetivo de garantir desenvolvimento sustentável para os destinos turísticos, qualidade de vida para a população residente e benefícios para os turistas que querem conhecer Roraima.

Atualmente, vivemos um bom momento para o turismo. Roraima foi considerado pelo Ministério do Turismo como um estado tendência para o setor. Temos a vocação para o turismo de aventura, com belezas naturais como as grandes serras, como a Serra do Tepequém, onde está localizada a Estância Ecológica do Sesc. Uma área de preservação ambiental que é o cartão-postal do turismo para quem mora em Roraima e para os visitantes que querem contato com a natureza. Podemos dizer que esse setor movimentará a economia e as comunidades do nosso estado e que 2022 vai ser o ano do turismo para Roraima.

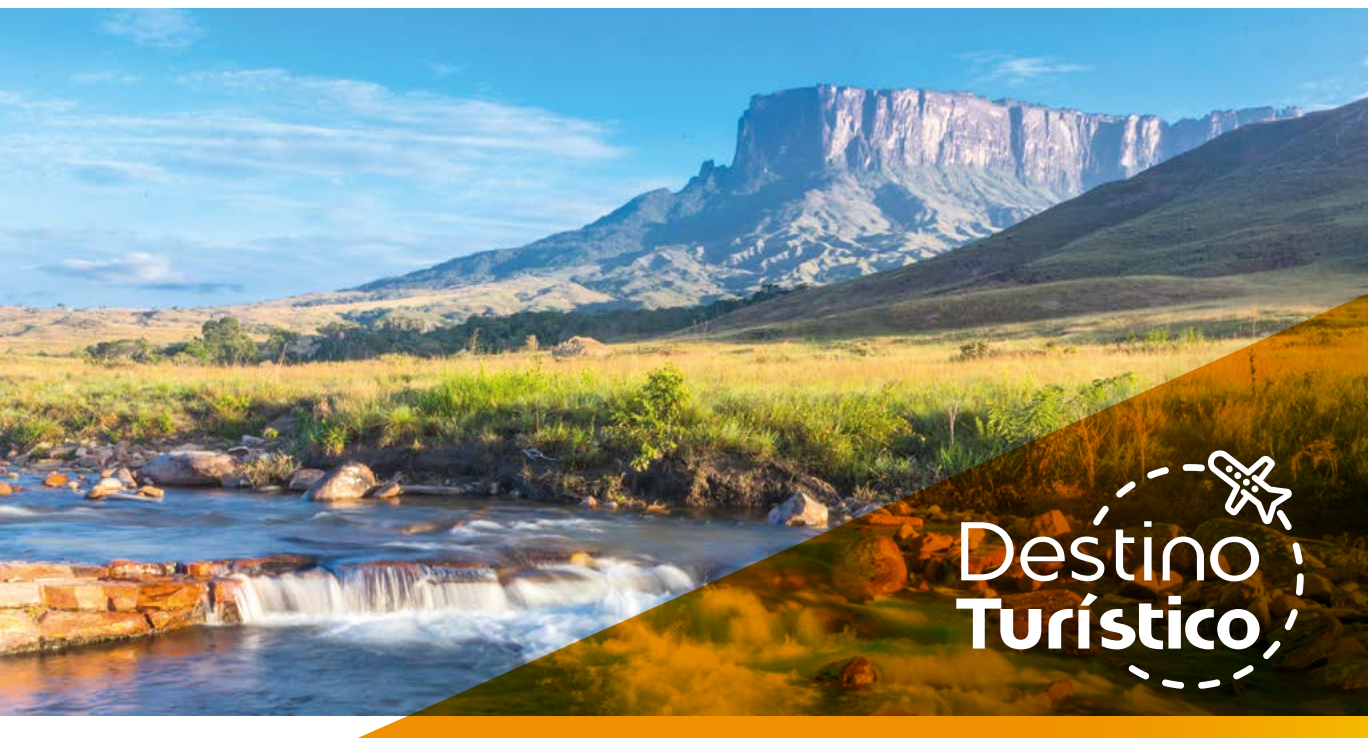


Apesar de atualmente representar 2,7% do PIB estadual, o turismo vem apresentando um crescimento real acumulado, desde 2010, de 54,3%, acima da média do crescimento econômico do estado”

Fecomércio-RR



Ademir dos Santos é presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-IFPD-RR



shutterstock

**Destino
Turístico**

O Brasil começa aqui

O Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-IFPD em Roraima investe no turismo como um vetor para o desenvolvimento socioeconômico do estado

Roraima é o estado mais ao extremo Norte do País, faz fronteira com a Venezuela e a Guiana, países com os quais divide o Monte Roraima, um dos principais atrativos turísticos do estado, que possui a única capital brasileira acima da Linha do Equador: Boa Vista. Dona de uma natureza exuberante, fauna e flora ricas e com forte endemismo, diversidade cultural, étnica e gastronômica, Roraima tem vocação para o turismo. Seja o turismo ecológico, de aventura, de pesca esportiva, gastronômico, de observação de pássaros, ou o etnoturismo.

Por isso, o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-IFPD-RR apoia e fortalece o setor, que é vetor para o desenvolvimento socioeconômico do estado. "Vivemos em uma região privilegiada da Amazônia e devemos aproveitar esse potencial para o turismo. É um setor que gera emprego, melhora a renda da comunidade e ainda contribui com a economia do nosso estado", defende o presidente Ademir dos Santos. Ele lembra que a Fecomércio-RR e o trade local, no projeto Vai Turismo, elaboraram propostas de políticas públicas que, em breve, serão entregues aos candidatos ao governo de Roraima como forma de gerar compromisso com o desenvolvimento do setor, tão importante para a região.

Capital: Boa Vista

Área territorial (km²):
223.644,530

População estimada:
652.713 pessoas [2021]

Municípios: 15

**Densidade demográfica
(hab./km²):** 2,01

Sesc-RR



Sesc-RR



Roteiros de base comunitária: no alto, excursão ao Monte Roraima; e, logo acima, vivência em plantio de pimenta, na Comunidade Indígena Guariba, no município de Amajari

O Sesc e os roteiros de base comunitária

O Sesc em Roraima é referência no turismo, pela atuação social e por trabalhar o setor como agente transformador. A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como a movimentação do viajante em visita a locais fora de seu entorno habitual, por período inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros motivos. Para o Sesc, o turismo vai muito além disso.

Promover o desenvolvimento social, cultural e econômico do ser humano é um dos principais objetivos do turismo social do Sesc Roraima. Democratizar o acesso às atividades turísticas é uma das preocupações do Sesc, além de valorizar os trabalhadores envolvidos na atividade, inserir a comunidade local e proporcionar aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo – público-alvo da instituição – o acesso a passeios e excursões. Tudo isso para que as pessoas se transformem e se eduquem.

“Para nós, o Sesc tem o importante papel de enaltecer a cultura, a ancestralidade, e o entendimento dos modos com que vivem os munícipes, seus valores e suas crenças. Vai além do que os olhos percebem, é algo que capta o íntimo daquela comunidade ou localidade, há um encontro de identidade. Roraima é um estado indígena, quase a metade do território é composta por indígenas, além dos imigrantes de outros países e estados, logo, é fundamental conhecer e respeitar as variadas culturas. E o Sesc é precursor nessa área porque trabalha a educação, a cultura e o lazer, quando realiza, em seus passeios e excursões, vivências carregadas de significados”, declara Lisiane Carnetti, diretora regional do Sesc e Senac Roraima.

O turismo comunitário promovido pelo Sesc Roraima articula atividades com atenção às especificidades locais e o protagonismo dos residentes, por intermédio de seus roteiros. Em termos de experiências turísticas, a demanda atual valoriza o que é natural e autêntico, desafiando os agentes envolvidos no turismo – operadores, poder público e comunidades – a pensar novas formas de planejar e executar seus serviços.

No município de Amajari, onde o Sesc está presente com a Estância Ecológica Sesc Tepequém, os roteiros são desenvolvidos na Vila do Paiva e nas comunidades indígenas Guariba, Mangueira e Araçá. Em Normandia, o trabalho acontece na Comunidade Raposa I, a primeira em Roraima com plano de visitação turística aprovado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Já em Pacaraima, os roteiros foram desenvolvidos em

parceria com a comunidade indígena Nova Esperança, próxima à fronteira com a República Bolivariana da Venezuela.

Os roteiros apresentam-se como instrumento de conservação ambiental e valorização social, com abordagens éticas e inovadoras. No intuito de replicar esse modelo de turismo, o Sesc não detém a exclusividade dos roteiros, disponibilizando informações por intermédio de sua área técnica de turismo e viabilizando visitas de prestadores de serviços turísticos às comunidades, para ampliar a visibilidade desses novos destinos.

Estância Ecológica Sesc Tepequém – Localizada no município de Amajari, a 210 quilômetros da capital Boa Vista, em uma região privilegiada com cachoeiras e biodiversidade incomparável, integra uma unidade ecológica certificada como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). São 24 apartamentos, com capacidade para atender 83 hóspedes confortavelmente, além de restaurante, piscina natural e aquecida, sala de jogos, spa, área esportiva e estacionamento com 24 vagas.

A pandemia da Covid-19 trouxe muitos desafios, e o Senac, ao longo desses dois anos, precisou se reinventar para dar continuidade à capacitação profissional de centenas de alunos no estado. Com mais de 20 editais lançados pelo Programa Senac de Gratuidade (PSG), diversos alunos de baixa renda foram contemplados em cursos de diferentes níveis de ensino, cumprindo o compromisso com a educação em Roraima.

Senac qualifica o setor para crescer

O turismo foi uma das atividades mais afetadas pela pandemia, e, para apoiar o crescimento e a retomada do setor, o Senac Roraima seguiu capacitando de forma remota, formando, inclusive, guias de turismo a distância em seu curso técnico.

Para a diretora regional do Sesc e Senac Roraima, Lisiane Carnetti, a pandemia trouxe a necessidade de adaptação, tanto para empresários quanto para profissionais e instituições. “Entendo que a pandemia nos ensinou a observar o contexto e gerar oportunidades, e não só contar com as belezas paisagísticas”, afirmou.

A instrutora do curso de guia de turismo do Senac-RR, Ana Paula Schipitoski, falou dos desafios de ensinar de forma remota um curso que demandaria encontros presenciais. “Tivemos o questionamento de como faríamos

Vista do alto da Estância Ecológica Sesc Tepequém; e, logo abaixo, excursão realizada à Serra do Tepequém, com intervenção artística na Estância



Sesc-RR



Sesc-RR

um curso on-line que tanto utiliza de suas práticas *in loco*, mas o Senac buscou as melhores alternativas para não parar por longo período.”

Para o Senac, o turismo em Roraima desponta como um importante segmento do setor de serviços e abarca uma imensidão de possibilidades, como o *Birdwatching* (observação de aves), atrativos naturais, etnoturismo, pesca esportiva, eventos esportivos e culturais, além da gastronomia, entre outras. “Podemos observar a cada dia que passa o número de empreendimentos e profissionais que atuam direta e indiretamente com o turismo, transformando assim o destino Roraima não só em uma potencialidade, mas sim, em uma realidade”, afirma a instrutora do Senac.

Perla Phulmati se formou em guia de turismo pelo Senac. Para ela, o ensino remoto foi desafiador: “Sabemos a dificuldade do acesso à internet aqui em Roraima, mas a vantagem do ensino remoto é conseguir nos conectar mais além. Chegamos a participar de uma live com guias de todo o Brasil e esse foi um dos pontos positivos.”

A instrutora do Senac acredita que a pandemia deixou como legado a necessidade de “reinventar-se”. “Assim como na vida, o mercado de trabalho também é cíclico. A pandemia nos mostrou, de uma maneira dolorosa, que aquilo que fazemos hoje pode não ser mais o adequado amanhã, então, estar preparado para as mudanças é essencial para qualquer profissional”, disse Ana Paula.

Eventos

Em 2022, o turismo acelerou o processo de retomada e crescimento em Roraima. Para acompanhar esse movimento, em junho, o Senac participou do Salão de Turismo Roraima como um dos principais incentivadores do setor no estado, com a

capacitação de diversos profissionais de turismo e hospitalidade.

O Senac Roraima também lançou a segunda temporada do programa #VemSerSenac, com foco na área da gastronomia. O programa traz empresários que contaram com a participação do Senac ao longo da sua jornada profissional. Dois episódios já estão disponíveis nas redes sociais do Senac Roraima.



Senac-RR



Senac-RR

Em 2022, o programa #VemSerSenac foca na gastronomia; e, no Senac Idiomas, há oferta de serviços gratuitos de conversação, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos



ENTREVISTA: MAGNO DE SOUZA

O empresário, dono da Roraima Adventure, trabalha com turismo desde 1996. Começou como organizador de viagens e guia, e, em 2002, formalizou sua empresa. Magno fala da importância socioeconômica do setor e acredita que Roraima é o novo destino turístico do Brasil.



Fecomércio-RR

Como empresário, acredita que o setor pode melhorar a qualidade de vida dos moradores em Roraima?

Sou um sonhador e visionário do turismo, trago isso no peito e na alma há mais de 30 anos, sempre levando a imagem de Roraima como um lugar pouco explorado e de belezas surpreendentes, sobretudo valorizando as diversas etnias e comunidades indígenas da nossa terra. Como pioneiro no turismo receptivo e de natureza, tenho contribuído para que o setor se desenvolva, e hoje vejo com alegria muitos sonhos se tornando realidade. Fico feliz e realizado ao ver tantos novos produtos, diversas agências se instalando, guias sendo formados, empresários vivendo do turismo, levando as pessoas a conhecerem nossas belezas. É motivo enorme de alegria e realização ver que o turismo já se tornou uma realidade para o Estado de Roraima.

Qual o principal roteiro turístico em Roraima?

O Monte Roraima é o ícone turístico do estado, tanto que deu nome ao nosso Estado de Roraima.

Por que o Monte Roraima atrai tanto os turistas do Brasil e de outros países?

Há vários motivos. O Monte Roraima é o sétimo ponto mais alto do Brasil, faz parte de um local com 2,6 bilhões de anos, anterior ao surgimento da vida no Planeta, e bem antes dos dinossauros. Tem uma flora e fauna endêmicos, ou seja, que existem exclusivamente no Monte Roraima, com espécies pré-históricas, além dos

cenários surreais formados pelas rochas desgastadas pelo vento e pelas águas. Por fim, é um destino desejado pelos amantes do ecoturismo de trekking.

O Monte Roraima está localizado na tríplice fronteira entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil. Só é possível subir o monte por território venezuelano?

No formato trekking, ou seja, caminhando, é somente pela Venezuela. Há um projeto em andamento para acesso pelo lado brasileiro, pelos lados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas ainda não está totalmente operacional.

A fronteira entre Brasil e Venezuela foi reaberta. A excursão para o Monte Roraima é segura?

Sim, a Venezuela criou condições para que o turismo pudesse ser retomado com segurança. Para isso, é preciso que o turista esteja acompanhado por profissionais, com guias e agências cadastradas.

O que falta para melhorar o turismo em Roraima?

Há muito que melhorar, isso é um processo que nunca termina. Atualmente, os órgãos públicos (governo estadual e municipal, por meio de suas secretarias, departamentos, fundações, aliadas às iniciativas privadas) têm construído um cenário propício para que o turismo se transforme numa fonte de receita mais relevante, e, assim, colocar o estado como destino no cenário nacional e internacional.

Acesse aqui a entrevista completa.



Santa Catarina debate estratégias, legalização dos jogos e ajuda às empresas

Fecomércio-SC



As estratégias para o turismo no Congresso Nacional, o cenário da legalização dos jogos e cassinos no Brasil e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que permite que as empresas negociem suas dívidas tributárias com descontos e traz a possibilidade de pagamento do saldo devedor em até 145 meses, foram as pautas da reunião da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio-SC, no dia 27 de julho, em Florianópolis.

O encontro presencial – o primeiro desde o início da pandemia – reuniu representantes do trade turístico de todo o estado na 33ª edição do Encatho & Exprotel.

Tocantins participa da elaboração de Plano de Mobilidade Urbana

O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade do Tocantins (Cetur-TO) participou, no auditório do Instituto 20 de Maio de Ensino, Ciência e Tecnologia (IVM), de 4 a 8 de julho, das reuniões temáticas para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) municipal de Palmas.

Os encontros tiveram como objetivo ampliar as discussões por área, com a participação de agentes públicos e representantes de entidades. O presidente do Cetur, Marcelo Perim, está colaborando com a construção do plano, nas seguintes temáticas: Segurança Viária e Transporte de Cargas e Mobilidade Regional, esta última com destaque ao distrito de Luzimangues.



Fecomércio-TO

Paraná sedia workshop de olho no visitante internacional

A Fecomércio-PR promoveu, no dia 27 de julho, um workshop de turismo internacional. O encontro contou com a presença dos principais representantes do turismo no estado e teve como objetivo principal discutir as ofertas do Paraná que podem ser atrativas para o público estrangeiro. O vice-presidente da Fecomércio-PR, Paulo Cesar Nauiack, destacou o potencial do estado. “Temos oportunidades que surgem todos os dias, com muito a agregar. O que nos falta é falar mais para trazer cada vez mais o turismo. Em 2019, recebemos sete milhões de turistas. Vamos trabalhar para ter as melhores rotas e roteiros do Brasil”, disse.



Fecomércio-PR

Rio Grande do Norte elabora documento para candidatos ao governo do estado

Os membros da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio-RN se reuniram, no dia 25 de julho, na sede da Federação, para discutir propostas de melhoria e desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte, que serão entregues aos candidatos ao governo do estado nas eleições deste ano.

A reunião foi conduzida pelo presidente da Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, e pelo coordenador da Câmara, George Costa. Os membros, representantes de diversos segmentos do turismo potiguar, debateram as sugestões apresentadas pela Federação, bem como definiram novos pleitos para o documento.

Segundo Queiroz, com a entrega desse documento aos candidatos ao governo do Rio

Grande do Norte, é preciso reforçar o compromisso do poder público com o setor. “Vamos entregar um trabalho consistente, fruto do conhecimento profundo que todos os membros da Câmara têm da realidade vivida pela atividade turística em Natal”, afirmou

Propostas foram debatidas pela Câmara potiguar



Fecomércio-RN

IPTU Verde estimula ações de sustentabilidade



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é favorável ao IPTU Verde, um instrumento extrafiscal que visa estimular os contribuintes a adotarem medidas sustentáveis e ambientais em seus imóveis ou em espaços públicos ao redor.

A entidade apresentou um parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13/2019, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), e com a relatoria da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que estabelece critérios ambientais para a cobrança do IPTU e desonera a parcela do imóvel com vegetação nativa.

As Divisões Jurídica e Sindical (DJS) e de Relações Institucionais (DRI) da CNC se posicionaram favoravelmente ao texto da PEC nº 13/2019 e suas emendas, por entenderem que a proposta está alinhada à sustentabilidade e ao estímulo à preservação do meio ambiente. Consequentemente, irá proporcionar mais qualidade de vida às pessoas nos espaços urbanos.

Apesar da relevância do tema, a PEC nº 13/2019 tramita lentamente no Senado Federal. Em abril de 2021, teve o seu

parecer favorável aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). E, desde janeiro deste ano, ela aguarda ser incluída na ordem do dia do Plenário para ser votada em dois turnos.

O principal entrave para a sua aprovação é o temor de alguns prefeitos com perdas de arrecadação. Para sanar as divergências, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, firmou compromisso de ampliar o debate com os gestores municipais, mas ainda não há previsão de quando a PEC nº 13/2019 voltará a ser debatida na Casa alta.

Isenções fiscais

O IPTU Verde, ou IPTU Ecológico, é praticado no Brasil desde a década de 1990, em cidades do Espírito Santo, em Florianópolis (SC) e em Goiânia (GO). No entanto, a proposta ainda não avançou em outras cidades do País. Incluir critérios ambientais para o IPTU na Constituição Federal dará maior segurança jurídica aos gestores locais para colocarem em prática o IPTU Verde.

Em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Pará, a advogada



Luíza Gaspar Feio conceitua o IPTU Verde como uma política pública elaborada pelos municípios brasileiros por meio da instituição de uma lei que autoriza a concessão da isenção fiscal para os contribuintes que auxiliam o poder público na proteção do meio ambiente e na promoção do bem-estar social.

De forma geral, explica Luíza, a lei municipal define o IPTU Verde como programa a ser instituído com a finalidade de incentivar ações em favor do meio ambiente e do bem-estar social, tais como preservação de áreas verdes, coleta seletiva, captação da energia solar, reutilização da água da chuva, entre outras atividades que poderão ser executadas pelos particulares.

“O poder municipal, ao se utilizar da extrafiscalidade do IPTU, poderá estimular os particulares a executarem pequenas práticas em prol do meio ambiente e/ou bem-estar social, dentre elas, manter áreas de cobertura vegetal, cultivar árvores nas calçadas ou em sua própria residência, praticar atividades hortifrutigranjeiras, utilizar tecnologias sustentáveis, assim como realizar a adoção de áreas verdes”, observou Luíza em sua tese.

O incentivo a práticas ambientais proposto pelo IPTU Verde impulsionará o debate sobre a sustentabilidade nas áreas urbanas, sendo capaz de conscientizar a população sobre os benefícios gerados ao meio ambiente, com impacto direto no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas, nos espaços urbanos.

Sistemas inteligentes que desonerem o uso de energia, promovam a captação e o reúso de água da chuva, conservem as espécies arbóreas, implementem telhados verdes, dentre outras iniciativas, poderão ser passíveis de remuneração via redução de alíquota ou isenção do IPTU, para pessoa física ou jurídica, a depender do poder municipal.

Moradores ganham duas vezes

O IPTU Verde será uma prática municipalista capaz de construir cidades sustentáveis, resultando na conservação de áreas verdes e, conseqüentemente, no aumento da biodiversidade urbana, na redução do consumo de água e energia, na recarga de aquíferos, na diminuição da poluição, na promoção da educação e responsabilidade ambiental, assim como diversos outros benefícios.

O crescimento das cidades tem resultado no afastamento da valorização do meio ambiente e de seus benefícios. O Estatuto da Cidade, previsto na Lei nº 10.257/2001, traz em suas diretrizes caminhos que priorizam o planejamento urbano democrático, assegurando o direito à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte, ao trabalho e ao lazer.

As políticas públicas seguem sendo um importante instrumento para garantir a melhoria das cidades. A transformação dos espaços públicos e privados que preconizam a conservação e a importância ecológica do meio ambiente dependem de iniciativas que produzam um movimento para a sustentabilidade, de modo a corrigir distorções de crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre a natureza.





O ano de 2022 tem sido decisivo para o Brasil, com a retomada da economia e do ritmo das atividades produtivas.

O Sistema Comércio tem explorado, cada vez mais, sua capilaridade nos quatro cantos do território brasileiro, por meio das federações, do Sesc e do Senac, para estimular o funcionamento do setor terciário da melhor forma para a classe empresarial.

Por meio de ações institucionais, campanhas e parcerias, o trabalho do Sistema Comércio segue contribuindo para a construção de um ambiente que estimule a geração de empregos e renda nos setores.

Além disso, o Sesc e o Senac cumprem sua missão de levar à população um suporte fundamental, com campanhas de arrecadação de alimentos e redes de ajuda às comunidades que sofreram com as fortes chuvas que afetaram algumas regiões do País.

Nas páginas a seguir, você confere algumas das principais realizações desse trabalho que valoriza o Brasil, o comércio e a economia, promovendo o desenvolvimento e a qualidade de vida aos brasileiros.

Maior projeto privado de conservação do Brasil comemora 25 anos



SESC



SESC

O Sesc Pantanal completa 25 anos de criação com diversas ações em andamento. A maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do País, com mais de 108 mil hectares, é local de pesquisas e intercâmbios que visam à conservação de um dos mais ricos biomas do mundo.

A RPPN também integra o projeto Abrace o Pantanal, que prevê o combate a incêndios na região, em tempo real.



Programação gratuita na área de Tecnologia da Informação

SENAC

O Senac Tech realizou, de 1º a 6 de agosto, a 2ª edição da Tech Week, uma semana especial com uma série de atividades gratuitas para alunos e interessados na área de Tecnologia da Informação, com o objetivo de fomentar novas tecnologias e linguagens de programação.

O evento, promovido pelo Senac-RS, contou com palestras de empresas parceiras que apresentaram temas como Internet das Coisas (também chamada de IoT, pela sigla em inglês para Internet of Things), cultura ágil, impulsionamento de carreira, chatbots, entre outros.



Senac

Alagoas cria rede de ajuda para vítimas das fortes chuvas



O Sistema Fecomércio-Sesc-Senac em Alagoas e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se uniram às demais entidades do comércio alagoano para ajudar as famílias afetadas pelas fortes chuvas no estado.

A iniciativa criou uma rede de pontos de arrecadação para doação de alimentos, água potável, itens de higiene, produtos de limpeza, roupas, calçados, colchões e cobertores.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destacou a importância da mobilização e da parceria com a Fecomércio, o Sesc e o Senac em Alagoas. “Essa rede de solidariedade é uma das marcas do nosso Sistema, um trabalho coordenado de cunho social que beneficia milhares de famílias”, afirmou.

O momento serviu para mostrar união e solidariedade, em um cenário em que muitas famílias ficaram desoladas, passando por privações e necessidades. A

mobilização do Sistema Comércio serviu para aliviar esse sofrimento. O comércio se mostrou unido e contou com a ajuda de doadores que contribuíram com diversas doações, no momento em que cada contribuição fazia a diferença.

Além de provocar uma série de perdas em um número crescente de famílias, as fortes chuvas geraram danos em muitas regiões do estado, com alagamentos em diversos trechos e o registro de, pelo menos, vinte rodovias afetadas.

Em todo o estado, mais de 68 mil pessoas ficaram fora de casa por conta das chuvas, sendo 52.855 desalojadas e 15.418 desabrigadas.

De acordo com dados oficiais, 57 municípios estiveram em situação de emergência e 16 cidades tiveram interrupção no fornecimento de energia, total ou parcial, devido aos prejuízos causados à rede elétrica.

Federação realizou arrecadação de alimentos e produtos de higiene para moradores do estado

Fecomércio-AL



Mesa Brasil Sesc faz campanha para desabrigados no RN



Fecomércio-RN

O Sistema Fecomércio-RN, por meio do programa Mesa Brasil Sesc no Rio Grande do Norte, deu início, no dia 7 de julho, a uma campanha voltada para famílias da Grande Natal desabrigadas pelas fortes chuvas que atingiram o estado.

Ao todo, foram distribuídas mais de 6,5 toneladas de alimentos à população, sendo 966 cestas básicas, adquiridas com recursos da campanha emergencial das chuvas do Mesa Brasil Sesc, que contou com doações individuais e do Sesc Rondônia, tendo atendido a cerca de 7.500 pessoas.

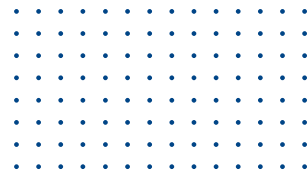
Parte da arrecadação do Mesa Brasil foi direcionada para as entidades carentes cadastradas e localizadas em áreas afetadas,

como o Lar Fabiano de Cristo, em Felipe Camarão, e a paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Nova Parnamirim.

Para o presidente do Sistema Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, o momento foi de solidariedade e de se colocar no lugar do próximo. "O Mesa Brasil tem a missão de ajudar aqueles que precisam, então, voltamos o trabalho das equipes de coleta para os desabrigados de Natal e região metropolitana, assistidos por entidades já cadastradas. Além disso, colocamos as unidades do Sesc como pontos de coleta para quem quiser doar mais", disse.

A arrecadação para os desabrigados estava prevista para seguir até o dia 1º de agosto.

Força-tarefa distribuiu 6,5 toneladas de alimentos



Empresários recebem prêmio em noite de homenagens no Paraná



Fecomércio-PR

A Fecomércio-PR, em comemoração ao Dia do Comerciante, realizou, no dia 15 de julho, a 15ª edição do prêmio Guerreiro do Comércio. A solenidade reuniu, em Curitiba, mais de mil empresários e convidados para a entrega do Troféu Guerreiro do Comércio e da Comenda Ordem do Mérito do Comércio do Paraná.

Neste ano, foram homenageados 48 empresários de diferentes regiões do estado, indicados por seus respectivos sindicatos empresariais filiados à Fecomércio-PR. A indicação segue critérios de projeção, tempo de mercado, reconhecimento da comunidade e notoriedade empresarial.

O presidente em exercício da Fecomércio-PR, Ari Faria Bittencourt, destacou

a perseverança e a dedicação dos homenageados na condução de seus negócios, sobretudo nestes últimos anos de pandemia. “Os guerreiros do comércio formam um grupo privilegiado, que se destaca no universo de mais de 500 mil empreendedores do setor terciário. São guerreiros porque enfrentam todos os dias o desafio de acelerar o seu negócio, incrementar vendas, desenvolver a gestão, aprimorar seus colaboradores e fidelizar clientes”, afirmou.

Além dos empresários, três personalidades receberam a Comenda: o artista Luiz Gagliastri; a advogada Marilena Indira Winter, primeira mulher a ser eleita presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná; e o empresário Paulo Hermínio Pennacchi.

Evento teve mais de mil participantes

Em SC, parceria ajuda jovens e adultos no mercado de trabalho



O Senac-SC e a Escola Olodum Sul firmaram um convênio que tem como objetivo ajudar na formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. As atividades começam em agosto e a cerimônia de lançamento do espaço foi realizada no dia 23 de julho, no bairro Jardim Atlântico, em Florianópolis.

Para jovens com menos de 17 anos, o Senac-SC desenvolverá atividades com foco no primeiro emprego, elevação escolar para que entendam a importância de concluir os estudos e também iniciar uma trajetória profissional. Para adultos, o ponto principal é a capacitação para o empreendedorismo, oportunidades no mercado de trabalho e a importância do autodesenvolvimento.

As atividades são realizadas por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG), desenvolvidas pela Faculdade Senac Florianópolis de Saúde e Beleza, com o apoio da Diretoria de Educação Profissional (DEP). Inicialmente, serão oferecidos palestras, workshops e cursos de aperfeiçoamento, para conhecer as necessidades do público atendido e, depois, passarão a ser oferecidos cursos de qualificação profissional.

A analista de educação inclusiva do Senac-SC, Camila Braga Bittencourt, destacou que o propósito da instituição é realizar ações educacionais voltadas à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho digno para a população atendida pela Escola Olodum. “Ter um espaço na comunidade potencializa nossa atuação e projeção da marca, favorece as trocas e

ações conjuntas com os demais parceiros do espaço com a intenção de desenvolver as populações atendidas”, ressaltou.

Em maio, o Sesc-SC já havia firmado um Termo de Parceria. O documento tem como objetivo desenvolver projetos na área de assistência, saúde e cultura.

A vinda da Escola Olodum para Florianópolis tem a intenção de replicar o modelo da escola social do Olodum de Salvador, que possui experiência com mais de 35 anos de funcionalidade.

Projeto traz a experiência do modelo de escola social do Olodum de Salvador



Sesc-SC



Fecombustíveis orienta empresas sobre decreto de divulgação dos preços



A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) está orientando as empresas do setor quanto ao cumprimento do Decreto nº 11.121/2022, da Presidência da República, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação transparente dos preços dos combustíveis praticados em 22 de junho de 2022.

A intenção do governo é informar aos consumidores os preços e os valores dos impostos cobrados em 22 de junho, por meio de uma placa que deve estar afixada em um local visível no posto, para que possam compará-los com o preço atual enquanto abastecem.

O presidente da Fecombustíveis, James Thorp, afirmou que a entidade vem atuando em parceria com o poder público e com os empresários, para garantir o cumprimento do decreto presidencial e evitar autuações.

No dia 7 de julho, ele e os vice-presidentes regionais da Fecombustíveis participaram de uma reunião com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília, e com representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), em que foi definido um modelo ideal de placa a ser confeccionado pelas empresas de combustíveis.

“A placa informativa deve ter o tamanho 420x594 milímetros, semelhante ao tamanho do papel A2, e precisa estar próxima à bomba de combustível. No conteúdo, é importante exibir, de um lado, os preços praticados em 22 de junho, bem como os impostos cobrados naquele dia. Já existe nos postos outro painel, relativo ao Decreto nº 10.634/2021, que demonstra a carga tributária atual”, explicou. “A intenção da Fecombustíveis é orientar os empresários e evitar multas, cujos valores são vultosos.”

shutterstock



Postos deverão se ajustar às determinações para divulgar valores cobrados no dia 22 de junho

FBHA lança campanha para incentivar turismo de proximidade



Com o slogan “Turismo regional, os melhores destinos estão perto de você”, a nova campanha institucional da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) visa incentivar as viagens com destinos de até 300 quilômetros de distância, que podem ser, muitas vezes, dentro da própria região. Indo de carro ou de ônibus, é possível fazer viagens curtas ou até mesmo bate e volta, conhecendo um lugar novo, sem precisar ir para tão longe.

Segundo o presidente da FBHA, Alexandre Sampaio, uma das vantagens do Brasil é a pluralidade e o acolhimento das pessoas. “Os roteiros de fim de semana tornaram-se, com a pandemia, mais comuns e um alívio na rotina dos brasileiros. Com tantos caminhos a desbravar, o turismo regional traz à tona a constatação de que os melhores destinos estão perto de cada brasileiro. Queremos incentivar este novo momento da atividade turística no País”, afirmou Sampaio.

Nos dois últimos anos, diversos setores precisaram se reinventar. Os turistas brasileiros também buscaram se adaptar a este cenário pós-pandemia.

Um levantamento realizado em parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou que 57,2% das viagens, realizadas em 2021, aconteceram em carro particular ou ocorreram por meio de empresas de ônibus.



Além da alta nos preços das passagens aéreas, as pessoas estão mais interessadas em viajar para locais próximos de suas casas, preferencialmente com menor fluxo de pessoas e longe de multidões.

Diante disso, o turismo regional, ou “staycation”, passou a representar uma oportunidade de viver experiências incríveis, às vezes bem mais próximas do que se imagina. Esse turismo de proximidade tornou-se tendência no Brasil, fortalecendo a retomada turística no País.

Segundo pesquisa, 57,2% das viagens, realizadas em 2021, foram feitas em carro particular ou de ônibus

Divulgação



De 12 a 31 de agosto de 2022



Com a proposta de debater a temática Reinventar a Educação: Tecnologias, Gamificação e Pós-Pandemia, o Sesc-PR promove, de maneira itinerante, em 27 cidades paranaenses, o Congresso Sesc Paraná de Educação 2022.

Voltado para profissionais de educação das redes pública e privada de ensino, estudantes de licenciatura e interessados no tema, o congresso receberá palestrantes de reconhecimento nacional e internacional que percorrerão a capital e o interior do Paraná.

Divulgação



Evento que movimenta o setor contábil paraense será 100% presencial

De 22 a 23 de setembro de 2022



Divulgação



Destinado a profissionais da área jurídica

De 23 a 24 de agosto de 2022



Temperatura máxima



REUTERS/John Sibley

Do lado de fora do Palácio de Buckingham, um soldado da Guarda da Rainha recebe água durante um dos dias mais quentes da história da Grã-Bretanha. A onda de calor que varreu a Europa em julho chamou a atenção para os fenômenos climáticos associados ao aquecimento global.

EMPRESÁRIO, O SEU TRABALHO FORTALECE O BRASIL. A CNC FORTALECE VOCÊ.

A CNC representa e defende os interesses de quem faz o nosso país crescer. E criou a Agenda Institucional para levar aos candidatos à Presidência da República propostas que valorizam o comércio de bens, serviços e turismo, abordando temas como: livre mercado, segurança jurídica, geração de emprego e renda e turismo como vetor do desenvolvimento socioeconômico, emprego, renda e muito mais.



Confira as propostas completas
e acompanhe de perto a
agenda institucional, acesse:



agendadocomercio.org.br